

DOI: 10.21057/10.21057/repamv%vn%i.%Y.27712

Recebido: 30-10-2017

Aprovado: 12-12-2017

Recenseamento: reflexo ou prescrição? A força Performativa das Categorizações Étnicas na onda de Recenseamentos dos anos 2010

Elena FILIPPOVA¹
France GUÉRIN-PACE²

Resumo

No presente artigo vamos tratar mais particularmente da maneira como o recenseamento traça um panorama étnico por meio da coleta de informações sobre as “origens” (ancestry/origin/descent) ou os “pertencimentos” (belonging/affiliation) étnicos ou raciais das populações. Seja qual for sua designação, a principal função dos números do recenseamento é dar uma resposta precisa e objetiva às perguntas: “Quantos somos?” e “Quem somos?”.

Palavras-chave: recenseamento, história das categorizações, raça, etnicidade, nacionalidade, múltiplo pertencimento, justiça social, discriminação.

Censo: reflejo o prescripción? La Fuerza Performativa de las Categorizaciones Étnicas en la ola de Censos de los años 2010

Resumen

En el presente artículo vamos a tratar más concretamente de cómo el censo traza un panorama étnico a través de la recolección de información sobre los orígenes o las pertenencias étnicas o raciales de las poblaciones. Sea cual sea su designación, la función principal de los números del censo es dar una respuesta precisa y objetiva a las preguntas: "¿Cuántos somos?" Y "¿Quiénes somos?"

Palabras clave: censo, historia de las categorizaciones, raza, etnicidad, nacionalidad, múltiple pertenencia, justicia social, discriminación.

Census: reflection or prescription? The Performative Force of Ethnic Categorizations in the 2010 Census Wave

Abstract

In this article, we will deal more particularly with the way in which the census traces an ethnic panorama through the collection of information about the ethnic or racial "origins" or "belongings" of the populations. Whatever your

designation, the main function of the census numbers is to give a precise and objective answer to the questions: "How many are we?" And "Who are we?"

Keywords: census, history of categorizations, race, ethnicity, nationality, multiple belonging, social justice, discrimination.

Dentre os diversos instrumentos estatísticos existentes, o recenseamento da população ocupa uma posição singular. Graças a seu caráter universal e sistemático, consolidou-se ao longo dos séculos como a principal fonte de dados que norteiam a elaboração das estatísticas públicas. Mais que uma simples contagem, o recenseamento oferece, conforme os protagonistas e os países, um “retrato da nação”, um “mapa da sociedade”, ou ainda, “um instantâneo”³. Seja qual for sua designação, a principal função dos números do recenseamento é dar uma resposta precisa e objetiva às perguntas: “Quantos somos?” e “Quem somos?”.

No presente artigo, vamos tratar mais particularmente da maneira como o recenseamento traça um panorama “of the nation’s ethnic makeup” (Price, 1993) por meio da coleta de informações sobre as “origens” (ancestry/origin/descent) ou os “pertencimentos” (belonging/affiliation) étnicos ou raciais⁴ das populações. Esta questão foi objeto de inúmeras publicações que permitem reconstituir a história da produção das categorizações da alteridade num

³ “Portrait of a Nation” é o título dado pelo *New York Times* para anunciar os primeiros resultados do recenseamento. Prewitt fala de “map of the society rather than of the territory” (Prewitt, 2003: 1), Farley e Haaga, de um “snapshot [instantâneo] of the nation” (Farley e Haaga, 2005: 3).

⁴ A partir de agora empregaremos simplesmente de origens ou pertencimentos para designar os pertencimentos étnicos ou raciais.

¹Academia de Ciências da Rússia – Moscou. E-mail: elenaivanovnafilippova@gmail.com

² Institut national d'études démographiques. E-mail: guerin@ined.fr

dado país⁵. Destas categorizações que se sucedem, se opõem ou se completam ao longo das histórias nacionais, emergem dois desafios principais. De um lado, o desejo de determinar o pertencimento a uma comunidade política por meio da coleta de informações sobre a nacionalidade e, de outro, a identificação com uma comunidade cultural por meio das origens geográficas, identificadas por meio da pergunta sobre o local de nascimento⁶, ou de critérios “culturais”, como a língua ou a religião. Introduzidas nos recenseamentos realizados nos

⁵ Aqui fazemos referência aos trabalhos de Schor e Spire (Schor e Spire, 2005; Schor, 2009) que retraçam nos Estados Unidos a transformação das categorias de descrição das populações relativas à cor e à raça, desde a introdução no primeiro recenseamento, em 1790, de uma distinção entre “homens livres” e “escravos”. Esta distinção está intrinsecamente ligada à existente entre a população branca e a população negra, pois a primeira lei sobre naturalização estipula, também em 1790, que somente uma pessoa livre e branca pode ter acesso à cidadania (Heer, 1996) e marca o início da estatística racial nesse país. Em 1820, surge outra distinção entre “nacionais” e “estrangeiros”, no sentido legal do termo (naturais de outro país, não naturalizados). Uma distinção semelhante é introduzida na França em 1851, ano em que a aquisição da nacionalidade é modificada pela instauração do duplo direito de solo (Monso e Saint Pol, 2006: 34).

⁶ Assim se estabelece a distinção entre “naturais do país” e estrangeiros, seja qual for o status jurídico dos últimos. Nos Estados Unidos e na França, a introdução desta pergunta é posterior à questão sobre a nacionalidade, mas em outros países ocorre o inverso. Assim, a distinção entre *born in country, elsewhere in the UK e foreign parts* é aplicada no recenseamento britânico desde 1841, enquanto a pergunta sobre a nacionalidade foi introduzida somente em 1911. No Canadá, a pergunta sobre o país de nascimento está presente desde o primeiro recenseamento de 1871, completada por outras sobre as “origens” (segundo a raça ou a tribo) e a religião. A pergunta sobre a nacionalidade surge somente no quinto recenseamento canadense, em 1901. Para uma leitura mais aprofundada sobre como foram levadas em conta as origens geográficas dos indivíduos na França, remetemos o leitor aos estudos de Monso e Saint Pol (2006) e de Spire e Merllié (1999).

impérios ou nas colônias, essas categorias refletiam representações que a população dominante projetava nos dominados e relativizavam assim o pertencimento a uma comunidade política⁷. O recenseamento reveste, portanto, uma função performativa e impõe-se, conforme demonstrou Anderson (1991), como um poderoso instrumento de construção destas “comunidades imaginadas”, que são as nações modernas.

Os debates travados na Europa durante a segunda metade do século XIX, por ocasião dos congressos internacionais de estatística sobre a maneira de coletar informações sobre a nacionalidade nos recenseamentos, revelam uma clivagem entre os defensores de uma acepção política da nação (estatísticos franceses) e os que defendem uma acepção etnocultural (países da Europa Central e Oriental)⁸. Esta divergência manifesta-se nos questionários de recenseamento pela presença de uma pergunta sobre a língua materna e inclusive sobre a *nacionalidade étnica*⁹

⁷ No artigo sobre os resultados do recenseamento de 1906 na Argélia e na Tunísia podemos ler: “Primeiramente, convém separar os israelitas, que são europeus e franceses do ponto de vista político, pela naturalização que lhes foi conferida pelo decreto de 1870, mas indígenas do ponto de vista étnico, pelo nascimento e pela origem” (Bernard, 1908). O objetivo destas categorias era por vezes claramente discriminatório, visando a restringir os direitos políticos e sociais de certas populações, principalmente por meio da categoria “indígena”, intermediária entre “nacionais” e “estrangeiros”, e regida por códigos particulares (como o “Code de l’indigénat” adotado pelo governo francês em 1881: vide Weil, 2005).

⁸ Para uma descrição mais precisa destes debates, recomendamos, notadamente, as publicações de Labbé (2008, 2009).

⁹ Principalmente na Europa (Bulgária, Croácia, Estônia, Hungria, Lituânia, Letônia, Macedônia, Polônia, República

em certos países, e por sua ausência em outros. Muitas publicações criticam a enorme variabilidade do modo de coleta de informações sobre origens/pertencimentos de um recenseamento a outro: número e formulação das perguntas, espaço no questionário, número e conteúdo dos modos de resposta, maneira de apresentar os resultados, que tornam difíceis, senão impossíveis, as comparações longitudinais¹⁰. Esta dificuldade é ainda mais acentuada pelo fato comprovado de que os próprios indivíduos se definem de maneira diferente nos recenseamentos sucessivos em função das mudanças que venham a ocorrer em suas situações pessoais¹¹, além de, mais amplamente, em função da conjuntura social e política, que valoriza ou deprecia certas origens e pertencimentos¹². Estas “flutuações identitárias”

Tcheca, Romênia, Sérvia e Montenegro, Eslováquia, Eslovênia), mas também em todos os países da antiga União Soviética.

¹⁰ McConnell e Delgado-Romero (2004) evocam o crescimento espetacular da identificação “*latinos*” nos EUA, que dobrou entre os recenseamentos de 1990 e 2000, em parte devido à introdução deste termo na pergunta sobre as origens hispânicas. Perelmann e Waters (2002), por sua vez, demonstram o impacto de uma mudança mínima na lista de exemplos fornecida para facilitar a resposta à pergunta sobre as origens dos antepassados no recenseamento americano.

¹¹ O mecanismo de mudança da identificação dos indivíduos segundo as origens no recenseamento no Brasil é analisado, entre outros, por Magno de Carvalho *et al.* (2004).

¹² Segundo Glazer (2005), nos Estados Unidos “*today, to be able to claim an American-Indian heritage is a plus for one’s social status*”. O caráter eminentemente ideológico e político das categorizações étnicas e raciais e da contagem dos grupos étnicos ou raciais, ao qual se adiciona o papel do lobby comunitário, são destacados por Nobles (2000), Skerry (2000), Hirshman *et al.* (2000), King-O’Riain (2007), Glazer (2002).

que ocorrem geralmente da mesma maneira que as “flutuações de orientação eleitoral” permitem a Arel estabelecer semelhanças entre recenseamentos e eleições (Arel, 2009: 28).

De maneira ainda mais geral, a crítica das categorizações rígidas e exclusivas repousa na constatação de uma mescla crescente das origens geográficas das populações em razão dos casamentos “mistos”, cujas consequências são, de um lado, o rápido aumento da proporção de indivíduos que declaram não poder se identificar com uma única ascendência e, de outro, o declínio do significado dos pertencimentos individuais, mas também do poder explicativo dos fatores étnicos ou raciais nas dinâmicas sociais¹³ (Wilson, 1980; Glazer, 2002). Vários autores consideram que as próprias categorias de classificação utilizadas no recenseamento não são pertinentes¹⁴ e caracterizam-se pela “falta de clareza conceitual” (Skerry, 2000: 43). No entanto, em que pesem todas estas críticas, os recenseamentos num número expressivo de países continuam a coletar informações sobre origens/pertencimentos de seus habitantes por meio de categorias cada vez mais detalhadas com

¹³ Segundo Morning e Sabbagh (2005:71): “*By recognising the malleable and context-dependent nature of racial identity, its socially constructed origins [...] group categories whose roots stem from a racially oppressive state regime might fade into political and social irrelevance that ethnicity largely enjoys today*”.

¹⁴ “*Are there really so many races in Asia that each country should consist of a single and different race, compared to simply ‘white’ for all of Europe and the Middle East? Why indeed do people of Spanish origin merit special treatment, as opposed to people from Italy, Poland, or Greece?*”, objeta Glazer no que se refere às categorizações empregadas no recenseamento americano (Glazer, 2002).

o intuito de traçar um panorama ainda mais preciso da composição da população. Assim, no Reino Unido, à pergunta sobre a etnicidade introduzida em 1991 foram acrescentadas questões sobre o pertencimento religioso (em 2001) e, posteriormente, sobre a identidade nacional (em 2011).

Paralelamente, vários países manifestam a intenção oposta e tentam reduzir o espaço dado às características culturais no recenseamento, bem como flexibilizar sua coleta, ou mesmo abandonar este tipo de categorização. No Canadá, em 2011, pela primeira vez as perguntas sobre as origens e o pertencimento étnico, além de outras questões sobre renda e educação, foram retiradas do questionário obrigatório de amostra, destinado a um terço da população, e inseridas na “Pesquisa nacional dos domicílios”, cuja participação é facultativa. Somente o questionário básico, contendo dez perguntas, dentre as quais quatro se referem às práticas linguísticas, continua a ser obrigatório. Nos Estados Unidos, onde as perguntas sobre a raça e as origens hispânicas representam duas das dez perguntas do questionário básico, pesquisadores, membros do poder legislativo, além de cidadãos questionam o custo e a pertinência desses dados e refletem sobre as consequências da onipresença de um pensamento racial na sociedade americana¹⁵. De

modo geral, num contexto de globalização, a legitimação da soberania pelos números relativos à composição étnica vem perdendo sua importância.

Como se justificam as atitudes divergentes dos organizadores dos recenseamentos nos diferentes países e o que se esconde por trás delas? Para responder a estas perguntas, examinamos dados sobre origens/pertencimentos coletados durante a onda de recenseamentos realizados nos anos 2010.

Objetivos e Desafios do Recenseamento: da intenção descritiva à intervenção política

Os argumentos em defesa da coleta de dados sobre origens/pertencimentos da população nacional são de naturezas muito variadas. O que parece mais “neutro” é o objetivo descritivo: o recenseamento é “um instrumento importante para conhecer a sociedade” (Spire e Merllié, 1999: 121). Diversos países, como Letônia, Rússia e Estônia, insistem no fato de que o recenseamento constitui uma fonte excepcional de dados desse tipo, mas não esclarecem a finalidade das informações coletadas. Além da mera intenção descritiva, se nos referirmos às recomendações gerais sobre os recenseamentos fornecidas em 2009 pelo departamento de estatística da ONU aos institutos encarregados dos recenseamentos no mundo, o objetivo seria captar “tendências demográficas, práticas e possibilidades relativas ao emprego, distribuição

¹⁵ “Do we want our Census, whose origin was simply to permit the proper representation of the people in Congress, to be a document whose primary purpose is to assign the population to race and ethnic groups?” (Glazer, 1995); “Besides my age, gender and who owns the house I live in, all the government wants to know about me is race and ethnicity. Am I married? Am I employed? Am I a citizen?”

Washington apparently is not interested in any of this — doesn’t think it’s relevant to a meaningful national portrait” (Jacoby, 2000).

de renda, níveis de escolaridade, modos e tendências das migrações, composição e estrutura das famílias, redes de assistência social e condições de saúde da população” em função das origens das populações, ou, em outras palavras, avaliar como pessoas de origens diferentes integram-se à sociedade (*Princípios e Recomendações para Censos Populacionais e Domiciliares*, 2009: 150).

O segundo tipo de argumento é de natureza socioeconômica: diferentes órgãos do governo utilizam os dados sobre origens/pertencimentos para atender às demandas de planejamento, programas e políticas públicas, principalmente em nível local, mas também para avaliar a eficiência de tais políticas. As variáveis de raça e/ou etnia figuram atualmente em inúmeros arquivos estatísticos municipais ou nacionais, mas também em arquivos administrativos em esferas tão diversas quanto educação e saúde pública. Nos Estados Unidos, “*This labelling system has become a determining factor in awarding federal government grants and contracts in business, education and federal jobs*” (Cruz-Janzen *et al.*, 2003: 8). Associações étnicas e culturais, conselhos escolares e hospitais recorrem a esses dados para promover a saúde, a comunicação e até mesmo o marketing. No Reino Unido, onde a lista de usuários dos dados sobre a etnicidade inclui tanto o governo central e as autoridades locais quanto a Commission for Racial Equality (CRE), as escolas, o Departamento de Saúde, a comunidade de peritos e até o Fire and Rescue Service, o governo incentiva o instituto nacional de estatística (ONS)

a produzir “*more administrative data [is] coded by ethnicity*” (*Ethnic group statistics...*, 2003). Num contexto de economia liberal, a ênfase também é dada à necessidade de conhecer as origens dos indivíduos a fim de adaptar a oferta de bens e serviços às necessidades específicas das comunidades¹⁶.

A terceira série de argumentos em favor da coleta de informações etnoculturais nos recenseamentos é de ordem política. Numa perspectiva de inversão de estigmas e reparação de injustiças influenciada pela ideologia de direitos humanos disseminada a partir dos anos 1960, países como a África do Sul e os Estados Unidos, que já aplicaram, num passado ainda recente, uma política de *apartheid* fundada em diferenças “raciais” mantêm esta leitura da sociedade, mas com o objetivo oposto: “*to document racial discrimination, leading to new laws and policies to redress systemic racial inequalities*”¹⁷. Países que não faziam uso das estatísticas étnico-raciais (como o Reino Unido e a Irlanda), diante do crescimento das migrações internacionais, passaram a adotá-las recentemente visando também a combater a discriminação

¹⁶ “*These data (ancestry question) are used to determine a measure for the ethnic composition of the population and to inform delivery of services to particular ethnic communities*” (“*Australian Census of Population and Housing, Consultation on Content and Procedures, 2016*”, última publicação, 6 de novembro de 2012. Pode ser consultado no site: <http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/lookup/2007.0main+featuresI2016>.

¹⁷ “*Racial Categorization in the 2010 Census. A Briefing Before The United States Commission on Civil Rights Held in Washington, DC, April 7, 2006*”, p. 4. Pode ser consultado no site: http://www.usccr.gov/pubs/RC2010Web_Version.pdf

contra os imigrantes e seus descendentes. Este desejo de passar de uma contabilidade culturalmente neutra dos habitantes a uma categorização em termos de diversidade cultural surge quando a terceira geração oriunda da imigração, que é impossível de ser identificada no recenseamento por meio da coleta de informações sobre o país de nascimento, atinge um número expressivo de indivíduos¹⁸.

Em muitos países, a coleta de informações sobre origens/pertencimentos é estimulada pela legislação nacional relativa à igualdade de oportunidades¹⁹ ou em virtude dos direitos dos povos autóctones.²⁰ Na Rússia, o próprio princípio de organização do estado, baseado no federalismo étnico, explica o emprego das

¹⁸ No Reino Unido, a pergunta sobre o local de nascimento dos pais foi introduzida no recenseamento de 1971, como complemento da questão sobre o local de nascimento do indivíduo entrevistado. Devido à reticência da população em responder a esta pergunta, ela foi retirada a partir do recenseamento de 1981. Paralelamente, a sociedade toma consciência da existência de discriminações ligadas às origens geográficas e identifica uma categoria suscetível de ser exposta a tal discriminação, denominada *New Commonwealth head of household*. Esta denominação revela-se rapidamente demasiado restritiva, pois deixa invisíveis populações minoritárias importantes que aparecem no recenseamento como “*born in the UK*” (Martin, 1993). Para levar em conta essas populações, em vez de reutilizar a pergunta sobre o local de nascimento dos pais a fim de se aproximar das “origens étnicas”, as autoridades encarregadas do recenseamento optaram pela introdução de uma pergunta direta sobre o sentimento de pertencimento a uma comunidade étnica (White, 1997 : 286).

¹⁹ Carta de direitos e liberdades, lei sobre a equidade em matéria de emprego e lei sobre o multiculturalismo, no Canadá; *Race Relations (Amendment) Act 2000*, na Grã-Bretanha; *Civil Rights Act, Voting Rights Act, Fair Housing Act, Equal Employment Opportunity Act*, nos Estados Unidos, etc.

²⁰ Lei sobre as garantias dos direitos dos povos autóctones da Federação Russa, 1999.

estatísticas étnicas²¹. O recenseamento visa a produzir dados estatísticos indispensáveis para a implementação dessa legislação. Consequentemente, o abandono da coleta de informações sobre origens/pertencimentos necessitaria a modificação das leis em questão.

Podemos, portanto, constatar que os desafios das estatísticas “étnicas” são múltiplos, mas se articulam em torno de três eixos principais: descrever e mensurar a diversidade da população de um país, fortalecer a igualdade de oportunidades e lutar contra as discriminações, adaptar a oferta comercial às necessidades das comunidades. A necessidade de uma sociedade dispor de informações sobre sua composição étnica não é uma justificativa suficiente. Resta demonstrar que o recenseamento é um instrumento apropriado e confiável para fornecer tais dados (Blum e Guérin-Pace, 2008). Vejamos então como o recenseamento aborda hoje a questão da etnicidade em diferentes países.

Coleta de Informações sobre Etnicidade no Recenseamento: como apreender o inapreensível?

Neste início de século xxi o construtivismo social consolidou-se como um poderoso paradigma no campo da pesquisa, inclusive na antropologia. Parece haver um consenso sobre o essencial: a etnicidade é uma questão de percepção subjetiva. O indivíduo pode ter mais de um pertencimento étnico, e seus pertencimentos podem modificar-se ao longo da

²¹ Sobre a relação entre etnicidade e território na URSS e na Rússia pós-soviética, vide Blum e Filippova, 2006.

vida. A visão rígida e “naturalizante” das diferenças humanas parece ter se tornado absolutamente marginal no âmbito das ciências humanas e sociais. Influenciados por esta corrente de pensamento, a comunidade de peritos e os organizadores dos recenseamentos da grande maioria dos países privilegiam uma abordagem “flexível e pragmática” das categorizações²².

O documento da ONU sobre recenseamentos (Princípios e Recomendações para Censos Populacionais e Domiciliares, 2009: 150) considera que a etnicidade “repousa numa concepção comum do passado e das origens territoriais (regionais e nacionais) de um grupo ou de uma comunidade étnica, bem como em características culturais particulares, como a língua e/ou a religião”, e insiste no fato de que se trata de um fenômeno pluridimensional de natureza evolutiva. Em virtude dessa visão da etnicidade, a ONU recomenda flexibilidade na coleta de informações. Não cabe definir do exterior ou atribuir um pertencimento à pessoa recenseada: “[...] as informações sobre a origem étnica devem vir da própria pessoa recenseada, e esta pessoa deve ter a opção de declarar seu pertencimento a várias etnias” (ibid.). O mesmo documento da ONU também alerta sobre a maneira de elaborar as variáveis étnicas: “as informações sobre a etnia não devem ser deduzidas das informações sobre o país de nacionalidade ou o país de nascimento”. No entanto, propõe vários conceitos para auxiliar na

identificação da etnicidade: “origem ou antepassados étnicos, identidade étnica, origens culturais, nacionalidade, raça, cor, caráter minoritário, tribo, língua ou religião, separadamente ou diversamente associados” (ibid.). Além disso, incentiva a inclusão nas classificações étnicas de “grupos regionais ou locais, além de grupos que geralmente não são considerados grupos étnicos, como os grupos religiosos e os determinados pela nacionalidade”. Em princípio, os institutos nacionais encarregados do recenseamento seguem as recomendações da ONU, mas adaptam-nas à sua maneira.

No site oficial do instituto nacional de estatística da Nova Zelândia²³, a etnicidade é definida assim: “Ethnicity refers to the ethnic group or groups that people identify with or feel they belong to. Ethnicity is a measure of cultural affiliation, as opposed to race, ancestry, nationality, or citizenship. Ethnicity is self-perceived and people can affiliate with more than one ethnic group” (2011 Census Content Report, 2009). Por precaução e para evitar eventuais acusações de essencialismo, alguns responsáveis pelas classificações étnicas explicam que não se trata de categorizar os indivíduos, mas sim de organizar suas reivindicações declaradas de pertencimento a um ou mais grupos étnicos²⁴.

²³ Em razão das consequências graves do terremoto ocorrido em fevereiro de 2011, o recenseamento da Nova Zelândia foi adiado para 2013.

²⁴ “The classification is not intended to classify people, but rather to classify all claims of association with a cultural or ethnic group” (Australian Standard Classification of Cultural and Ethnic Groups

²² “We do not believe that basing ethnic identification upon an objective and rigid classification of ethnic groups is practicable” (Ethnic group statistics..., 2003).

Embora a possibilidade de declarar várias origens/pertencimentos no recenseamento ainda seja muito rara (abordaremos este ponto mais adiante), o princípio de autoidentificação das pessoas recenseadas no que tange a origens/pertencimentos é respeitado na maioria dos casos e facilitado pela passagem progressiva aos questionários autoadministrados em vários países (Estados Unidos, Canadá, Austrália, Irlanda, entre outros). Essa liberdade de identificação é reforçada pela legislação sobre os dados pessoais vigente em certos países e a possibilidade, que figura no documento, de o recenseado recusar a definir-se nesses termos e/ou propor outra resposta. Na Rússia, a partir de 2000, não só a participação ao recenseamento tornou-se voluntária, mas a pergunta sobre etnicidade passou a ser acompanhada da precisão “segundo sua própria percepção”. Durante o último recenseamento, realizado em 2010, os recenseadores receberam a ordem de informar as pessoas oralmente sobre seu direito de não responder a esta pergunta. Se o entrevistado não fizesse objeção, ele mesmo escrevia sua resposta no formulário.

A subjetividade dos pertencimentos étnicos ou raciais por vezes se reflete na própria formulação das perguntas: “How would (name)

<http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/Lookup/1249.0main+features32011>). Seguindo a mesma lógica, em 2002 o título “Dicionário das nacionalidades” do guia de classificação dos dados étnicos da Federação Russa foi alterado para “Lista em ordem alfabética das respostas possíveis à pergunta nº 7 do questionário de recenseamento”. O enunciado da pergunta (aberta) contém “seu pertencimento étnico” e pede uma identificação exclusiva.

describe him (herself) in terms of population group²⁵” (África do Sul); “De que nacionalidade você se sente?²⁶” (Hungria) ou das instruções que as acompanham: “Toda pessoa é livre de expressar sua opinião, sem nenhum tipo de pressão” (Romênia). Podemos, portanto, questionar em que medida as informações sobre os pertencimentos, que por definição são subjetivas, definidas de maneira vaga, além de serem coletadas de modo facultativo, podem atender aos objetivos extremamente precisos identificados mais acima.

Para que Servem as Estatísticas Étnicas?

O objetivo que justifica mais facilmente essas estatísticas diz respeito às necessidades de um marketing de tipo étnico, amplamente praticado em vários países há algumas décadas. No entanto, muitos autores (Melcher, 1997; Tréguer e Segati, 2005; Pauwels, 2006) mostraram que a relação entre a etnicidade e o comportamento dos consumidores é no mínimo ambígua, e que, na realidade, a variável étnica torna-se cada vez menos pertinente nos estudos de mercado. Assim, nos Estados Unidos, depois de uma política de marketing voltada principalmente para as comunidades mais visíveis no espaço público (negros americanos, hispânicos, asiáticos e judeus) durante os

²⁵ A denominação *population group* é um eufemismo de raça: “a group with common characteristics (in terms of descent and history). Particularly in relation to how they were (or would have been) classified before the 1994 elections” (*Concepts and Definitions for Statistics South Africa*, 2010).

²⁶ Neste caso, o termo nacionalidade designa a etnicidade.

anos 1970, a partir dos anos 1990, o destaque passou a ser dado às influências interculturais e às semelhanças existentes entre diversas comunidades com o objetivo de enviar uma única mensagem a todos os consumidores, mesmo quando se trata de oferecer produtos com caráter “étnico”. Estudos comprovaram a ineficiência do marketing segmentado segundo critérios étnicos aplicados às gerações de descendentes de imigrantes. Na verdade, a segunda e a terceira gerações adotam os modos de consumo dominantes. Os denominadores comuns mais pertinentes deixaram de ser as origens étnicas, mas antes a renda, o status social e a faixa etária.

Ao mesmo tempo, a etnicidade reinventada, inovada e idealizada, continua sendo uma mina de ouro para os diversos setores da indústria e do comércio. Ela dá um toque de exotismo que corresponde a uma visão de mundo em forma de “mosaico”: “In postmodern consumer culture, individuals are engaged in a constant task of negotiating meanings from lived and mediated experience as they endeavor to construct and maintain their identity. As part of the resources for this task they utilize the symbolic meanings of consumer goods”, explica Pauwels (2006). Este mecanismo permitiu que a etnicidade se tornasse “a widely profitable commercial value”.

Desta perspectiva, a manutenção de uma leitura “étnica” da sociedade, principalmente por meio do recenseamento, que oferece uma ocasião para lembrar as origens mais ou menos distantes em intervalos regulares, pode parecer uma estratégia bem pensada. No entanto, em um

mundo de economia liberal onde a etnicidade não passa de uma mercadoria “glamorous, chic and trendy” (Pauwels, 2006: 14), trata-se menos de uma adaptação às culturas dos consumidores do que da ampliação do círculo de compradores em potencial, em que se privilegia o marketing multicultural ou transcultural. E quanto à realização dos outros dois objetivos almejados pelo recenseamento?

Descrição e Mensuração da Diversidade

A Autoidentificação e seus Limites

É provável que, se aplicarmos ao pé da letra a auto-identificação étnica - que pode ser múltipla -, conforme recomendado pela ONU, os dados coletados venham a ser inutilizáveis. É sem dúvida por isso que, como apontou Morning (2008), na maioria dos recenseamentos as perguntas sobre etnicidade são curtas e diretas para não darem margem à imaginação dos recenseados. O método mais utilizado é a escolha de uma única resposta à questão de múltipla escolha do questionário. Em outros casos, a pergunta é aberta, mas os exemplos utilizados para facilitar sua compreensão orientam fortemente a resposta. Além disso, a pergunta sobre etnicidade em geral vem logo antes ou imediatamente depois de perguntas sobre língua e pertencimento religioso, o que deixa transparecer a ideia de que a etnicidade resulta menos de uma opção subjetiva que de características “objetivas”.

Os institutos de estatística da maioria dos países excluem a possibilidade de identificação múltipla no recenseamento, alegando dificuldades

de tratamento dos dados coletados desta maneira. Na Rússia, a proposta da comunidade de pesquisadores visando a permitir a identificação múltipla foi rejeitada duas vezes - em 2000 e 2010 - pela agência federal de estatísticas encarregada do recenseamento. Após examinar os argumentos a favor e contra a possibilidade de respostas múltiplas à pergunta sobre etnicidade no recenseamento de 2011, o instituto nacional de estatística do Reino Unido finalmente também emitiu um parecer negativo por temer tratar “too many ethnic group combinations to construct meaningful outputs for data users, making it more difficult to avoid disclosive statistics, and complicating cross-tabulation and comparability with previous data”²⁷. Foi o que constataram os estatísticos americanos em relação aos dados dos dois últimos recenseamentos em que as respostas múltiplas à pergunta sobre raça haviam sido autorizadas. Por fim, mesmo quando a pergunta sobre origens/pertencimentos é aberta, e a pessoa recenseada pode definir-se da maneira que preferir, as respostas coletadas são objeto de uma pós-codificação que modifica as declarações espontâneas segundo regras estabelecidas por um referencial étnico-racial, pondo em cheque o

²⁷ Exemplo revelador: a tabela de orientação (*tabulation “guidance”*) criada para o recenseamento americano de 2010 permitia que a pessoa recenseada optasse por “uma ou mais” das cinco “raças” relacionadas no questionário, dando origem a sessenta e três combinações possíveis que ao serem cruzadas com a opção “hispanic/latino” perfaziam cento e vinte e seis categorias étnico-raciais. Na publicação dos resultados, os dados são apresentados em somente sete categorias distintas: *White alone, Black or African American alone, American Indian and Alaska Native alone, Asian alone, Native Hawaiian and Other Pacific Islander alone, Some other race alone, and Two or more races.*

suposto livre arbítrio.

Referenciais Étnico-Raciais

Embora os Princípios e Recomendações para Censos Populacionais e Domiciliares, (2009), constatem que uma definição de etnicidade aceita em todos os países ou a homogeneização das classificações étnicas em escala internacional não seja concebível, certos países ainda procuram elaborar seus próprios referenciais étnicos, nem que seja para assegurar a continuidade dos dados dos recenseamentos ao longo do tempo e sua coerência em relação a outras fontes de informações sobre a etnicidade. A título de exemplo, podemos citar as classificações adotadas na Austrália²⁸, na Nova Zelândia²⁹, na Rússia³⁰ e nos EUA³¹. No Reino Unido, cada país elabora seus próprios padrões³², o que constitui um problema para conciliar a necessidade de padronização dos dados no plano nacional e as particularidades locais³³.

Enquanto os EUA e o Reino Unido

²⁸ *Australian Standard Classification of Cultural and Ethnic Groups* (ASCCEG).

²⁹ *Ethnicity New Zealand Standard Classification.*

³⁰ Vide nota 23

³¹ *Office of Management and Budget’s standards for maintaining, collecting, and presenting data on race.*

³² Por exemplo, *Scotland’s New Ethnicity Classification for Scottish Official Statistics and Recommended for Scotland’s 2011 Census.*

³³ O guia britânico destinado às autoridades públicas sobre *monitoring ethnic*, publicado pela Commission for Racial Equality, levanta este problema: “*The ethnic question used for the census in England and Wales is different from the question used for the census in Scotland. Moreover, it also appears that the ethnic categories that will be used in published census tables (output data) for England and Wales will be different from the categories used for the tables in Scotland.*”

adotaram classificações rudimentares, fundadas principalmente nas divisões raciais, outros países seguem as recomendações da ONU no sentido de “levar em conta os grupos étnicos da maneira mais precisa possível”. Em que pese esta diferença no nível de detalhamento da coleta de dados sobre origens/pertencimentos, as tabelas de resultados são muito semelhantes nos diferentes países. Os padrões nacionais de classificação étnica aplicados no Reino Unido e nos Estados Unidos são estabelecidos com base em 15 a 20 categorias e apresentados em quadros de resultados contendo 6 a 11 “grupos”³⁴. Na Austrália e na Nova Zelândia, as 200 unidades de base, apresentadas sob a forma de estruturas hierárquicas com respectivamente 3 e 4 níveis que servem para a coleta de informações, são em seguida reduzidas por uma série de agregações sucessivas a 9 (Austrália) e a 7 (Nova Zelândia) categorias de nível 1, as únicas que figuram nos quadros de resultados do recenseamento. Em ambos os casos, as agregações são baseadas na proximidade geográfica dos grupos³⁵.

Classificações Acadêmicas

³⁴ O recenseamento do Reino Unido (2011) utiliza as seguintes categorias: *White: English/ Welsh/ Scottish/ Northern Irish/ British; Irish; Gypsy, Traveller or Irish Traveller; Any other White background; Mixed/ Multiple ethnic groups; Asian/ Asian British: Indian, Pakistani, Bangladeshi, Chinese, Any other Asian background; Black/ African/ Caribbean/ Black British; Other ethnic group: Arab, Any other ethnic group.*

³⁵ O recenseamento australiano de 2001 distingue assim: *Oceanian, North-West European, Southern and Eastern European, North African and Middle Eastern, South-East Asian, North-East Asian, Southern and Central Asian, People of the Americas and Sub-Saharan African categories.*

Somente os países da antiga URSS mantêm uma prática de resultados exaustivos sobre grupos étnicos nos quadros de resultados do recenseamento. Estônia, Letônia e Lituânia, que faziam parte da União Soviética e recentemente passaram a integrar a União Europeia, têm populações que se situam entre um e três milhões de habitantes e contam com 74, 103 e 154 grupos étnicos, respectivamente. O número de membros da maioria desses grupos é extremamente baixo, e vários deles não chegam a dez indivíduos. Essas classificações detalhadas misturam pertencimentos nacionais e étnicos. Na Estônia, por exemplo, os 14 “afro-americanos” recenseados são contabilizados separadamente dos 241 “americanos dos Estados Unidos”. Encontramos também 10 flamengos (mas nenhum belga), além de um grupo misterioso de africanos (18 pessoas), única referência ao continente africano. Na Letônia, os árabes figuram no quadro de resultados ao lado dos sírios e dos libaneses.

Essas classificações extremamente detalhadas correspondem a uma abordagem científica “acadêmica”, característica da tradição russa dos recenseamentos em que a função dos etnólogos na definição das categorias sempre foi (e continua sendo) essencial. Embora as pessoas recenseadas tenham total liberdade de declarar sua identidade “étnica” e os recenseadores recebam instruções no sentido de registrar fielmente as respostas, as categorias que figuram nos quadros de resultados são obra dos etnólogos com base numa classificação linguística. “Portanto, um trabalho de contextualização

etnográfica é indispensável para compreender melhor o que o recenseado buscou expressar [...], um exercício de sociolinguística que consiste em determinar as diferentes maneiras empregadas pelo suposto membro de um grupo para identificar sua nacionalidade no linguajar do dia a dia” (Arel, 2009 : 30).

Ainda na Rússia, o dicionário utilizado para codificar automaticamente as respostas à pergunta sobre as nacionalidades contém 1.804 entradas. Durante o recenseamento de 2010, foram registradas 923 respostas diferentes. Nos resultados publicados, as respostas foram agrupadas em 193 categorias, organizadas em 145 categorias principais (das quais uma categoria residual “outras”) e 48 subcategorias³⁶. Certas identificações de tipo regional, tribal, clânico ou religioso foram fusionados em grupos étnicos mais vastos para escamotear sua importância. É o caso dos siberianos³⁷ (população com origens diversas instalada na Sibéria há várias gerações e dotada de cultura e identidade específicas), dos molocanos e

ducoborzes (duas comunidades protestantes), diluídos, ao lado de grupos com outros pertencimentos, na categoria “russos”; dos clãs e tribos das populações mongóis e turcófonas da Sibéria Oriental, agrupados sob as denominações étnicas “buriate” e “altaico”. Outros pertencimentos declarados foram por vezes “retificados” em função da resposta dada à pergunta sobre a língua materna, que sempre foi considerada um marcador étnico na Rússia. Assim, as pessoas que se declararam polonesas, mas cuja língua materna é o bielorrusso, foram reclassificadas no grupo de bielorrussos. Os russófonos que responderam “cossaco” à pergunta sobre nacionalidade foram integrados à subcategoria “cossaco”, na categoria principal “russos”, enquanto os “cossacos” que declararam outra língua materna (principalmente o ucraniano e o calmuco) foram contabilizados entre os ucranianos e calmuco, respectivamente. Outras identificações que não puderam ser incorporadas a categorias preestabelecidas foram classificadas na categoria “outras respostas à pergunta sobre o pertencimento étnico”. É o caso de 21 mil daguestaneses que nas respostas preferiram a identificação com a República do Daguestão em vez do pertencimento a um dos numerosos grupos étnicos (avar, dargínico, kumyk, etc.) que compõem a população desta república. Do mesmo modo, as cerca de 13 mil pessoas que se declararam russianos³⁸, preferindo uma identificação nacional, também foram relegadas a categoria “outras”. O discurso do responsável

³⁶ As 193 categorias e subcategorias só aparecem nos quadros que descrevem a “População da Rússia segundo a etnicidade”, contendo dados sobre o país como um todo e também por região administrativa. Isto permite, entre outras medidas, elaborar mapas étnicos. Nos quadros em que há cruzamento com outros fatores sociais e demográficos figuram apenas as 47 categorias étnicas com mais 60 mil pessoas, o que representa 99 % da população. Os 46 “pequenos povos autóctones” menos numerosos constam de quadros separados. Na verdade, somente três dos 46 pequenos povos representam entre 30 mil e 45 mil pessoas, cinco outros, entre 10 mil e 20 mil, e os demais não ultrapassam algumas centenas ou, quando muito, algumas dezenas de indivíduos. Ao todo, estão disponíveis informações sociodemográficas detalhadas de 93 categorias étnicas.

³⁷ *Sibiriyak* em russo.

³⁸ *Rossyanin* em russo.

pelo instituto nacional de estatísticas perante os jornalistas quando da publicação dos primeiros resultados do recenseamento ressalta a importância do trabalho dos etnólogos no campo das categorizações étnicas. Depois de precisar que os recenseadores haviam preenchido corretamente seus formulários e que não houve censura nem imposição de respostas, concluiu: “Cabe aos estatísticos coletar as informações e torná-las acessíveis aos usuários. Depois veremos como os etnólogos interpretarão os dados sobre os siberianos, russianos, etc. O pensamento etnológico evolui e existem diversas escolas. Hoje, uma interpretação é a dominante, amanhã talvez seja outra”³⁹.

Reflexo de um Imaginário Público

O comportamento do US Office of Management and Budget (OMB) ilustra uma abordagem oposta à adotada na Rússia. Segundo o OMB, nenhum critério “objetivo” é possível nem necessário para definir as categorias: não se trata de uma classificação fundada em argumentos antropológicos ou, de modo mais genérico, científicos, mas antes de categorias “social e politicamente construídas”: “They generally reflect a social definition of race recognized in this country. They do not conform to any biological, anthropological or genetic criteria⁴⁰.” Nesta perspectiva, torna-se possível combinar as respostas à pergunta sobre a raça

com as categorias raciais, socioculturais e origens nacionais. Mas esta abordagem não se revela mais pertinente, pois as categorias elaboradas para o recenseamento nem sempre correspondem às utilizadas cotidianamente na sociedade americana (Carvalho et al., 2004; Sokolovskyi, 2011). Como ressalta Prewitt (2005): “How can we decide on the ‘proper’ number of races? Is five the right number? Why not six or seven? And what is the right number of ethnic groups? Why only one?” Por conseguinte, as pessoas recenseadas em geral ficam desorientadas com as opções apresentadas e inventam categorias que lhes parecem mais adequadas. Durante o último recenseamento americano, foi realizado o estudo de uma amostra de pessoas às quais os pesquisadores submeteram um questionário contendo uma modificação na formulação da pergunta sobre a raça⁴¹. O estudo revelou que, quando a possibilidade é oferecida, metade das pessoas que se definiam como white e mais de três quartos daquelas que se declaravam black preferiam definir-se por seu país de origem (Polish, Iranian, Jamaican, Haitian, Ethiopian, etc.)⁴².

Um espelho que distorce a imagem

⁴¹ A pesquisa foi realizada pelo correio numa amostra de 468.604 domicílios durante o recenseamento de 2010 e por meio de *focus groups* constituídos nos Estados Unidos e em Porto Rico, reunindo cerca de 800 pessoas.

⁴² “Census Bureau Releases Results From the 2010 Census Race and Hispanic Origin Alternative Questionnaire Research”. Pode ser consultado no site: http://www.census.gov/newsroom/releases/archives/2010_census/cb12-146.html. Parece provável que as populações “negras” de origem imigrante buscam assim se diferenciar dos “afro-americanos”, descendentes de escravos.

³⁹ Alexander Sourinov, diretor do Rosstat, em seu blog oficial: <http://a-surinov.livejournal.com/> (consultado em 26 de agosto de 2013)

⁴⁰ www.census.gov/census2000/raceqandas.html

A diferença entre as categorizações “externas” (elaboradas por pesquisadores ou estatísticos) e “internas” (maneira como os recenseados se definem em termos de origens/pertencimentos) pode ser ilustrada por vários exemplos.

Classificação Reivindicada

Na Rússia, podemos citar as populações kryashen⁴³, de língua tártara, mas que são cristãs (como indica seu etnônimo, derivado do termo russo kreschenyi – literalmente, “batizado”), o que os diferencia dos outros tártaros, de cultura tradicional muçulmana. Às vésperas do recenseamento de 2002, depois de uma mobilização pública, os kryashen obtiveram sua própria categoria pela primeira vez desde o recenseamento de 1926. A partir daí, cerca de 25 mil pessoas declararam pertencer a esta categoria. Durante o último recenseamento, o número de respostas “kryashen” cresceu ainda mais, atingindo cerca de 35 mil pessoas. Na publicação dos resultados, eles figuram como uma subcategoria da categoria “tártaro”. Curiosamente, outro grupo de cristãos de expressão tártara, os nağaybäks, embora em número menor (cerca de 9 mil pessoas em 2010) aparecem nos quadros do recenseamento como categoria separada dos tártaros. Uma explicação: contrariamente a seus correligionários kryashen, os nağaybäks residem principalmente fora da República do Tartaristão, portanto, os dirigentes

se mostram indiferentes a sua importância numérica. Este exemplo vem comprovar o aspecto arbitrário das classificações “acadêmicas”, frequentemente subordinadas a uma conjuntura política.

Rons, um caso Particular

A população rom, presente em vários países, particularmente da Europa Central e Oriental, é de difícil categorização. Trata-se de uma população que fala línguas diferentes, geralmente a da população majoritária na região em que se encontra, tem origens geográficas variadas e se designa (ou é designada) por denominações diferentes (romani, cigano, gypsy, gitano, traveller, etc.). Segundo vários estudos, trata-se geralmente de populações, desfavorecidas e pouco integradas, que são reticentes em declarar seu pertencimento, quando não tentam evitar o recenseamento, o que leva a uma subestimação considerável de seu número. Na Sérvia, depois de uma vasta campanha de sensibilização voltada para esta comunidade, o número de pessoas que se declararam rom em 2011 teve um aumento de 40 % em relação ao recenseamento de 2002 (147.604 indivíduos)⁴⁴. No entanto, segundo estimativas do Conselho da Europa, há pelo menos 400 mil rons nesse país. Trata-se de uma questão complexa que não abordaremos aqui⁴⁵.

⁴⁴ <http://www.opensocietyfoundations.org/voices/roma-feel-less-fear-and-more-hope-after-census>

⁴⁵ Recomendamos a leitura de alguns trabalhos recentes sobre o assunto (vide especialmente Csepeli e Simon, 2004; Hableicsek, 2008; Boscoboinik e Ruegg, 2009; Ragaru, 2010).

⁴³ Os debates sobre os kryashen às vésperas do recenseamento de 2002 foram descritos por Arel (2009).

Os Hispânicos nos EUA

Nos Estados Unidos, o recenseamento dos “hispânicos” constitui o exemplo mais flagrante da defasagem entre as percepções individuais e a maneira como o estado organiza sua contagem. De acordo com as recomendações do OMB46, os recenseamentos americanos de 2000 e 2010 coletaram de maneira distinta as origens hispânicas, latino (termo adicionado em 2010) ou espanhola, e a raça. Em 2010, a pergunta sobre origem étnica foi precedida da seguinte orientação: “Por favor, responda simultaneamente às perguntas sobre a origem hispânica e a raça”. A opção “hispânico” não figurava entre as respostas à pergunta sobre a raça. Apesar desta precisão, cerca de 20 milhões de “latinos” marcaram a casa “outra raça” em 2010 (15 milhões em 2000) argumentando que “the country’s race categories—indeed, the government’s very conception of identity—do not fit them47”. Além disso, observou-se que os imigrantes recém-chegados aos Estados Unidos não utilizam os termos “hispânico” ou “latino” para se definirem, preferindo uma identificação nacional (Rumbaut, 2009). De modo geral, o autor mostra que a identificação racial dos “hispânicos/latinos” depende de diversos fatores, como o país de origem (mais de 80 % dos

cubanos definem-se como white, contra somente 20 % dos dominicanos), o local de residência nos Estados Unidos (os indivíduos oriundos de um mesmo país definem-se mais frequentemente como white no Texas e na Flórida do que na Califórnia ou em Nova York48), ou ainda a relação com a migração (os filhos dos imigrantes, seja qual for seu país de origem ou seu local de residência atual, definem-se mais raramente como white que seus pais, porém adotam mais frequentemente a designação hispanic/latino como identificação racial49). E o autor conclui que “the children of Latin American immigrants, historically ‘white by law’, should learn to become ‘non-white’ in the post-Civil Rights era”.

Uma Categoria Ocultada

Os “árabes” constituem outro exemplo de população ocultada pelo recenseamento. “Árabe” não consta das respostas à pergunta sobre raça do questionário simplificado americano, contrariamente às populações asiáticas como “indiano”, “chinês” e “japonês”, que figuram na lista de raças. A única possibilidade de se

⁴⁶ Os padrões do OMB estabelecem “that race and Hispanic origin (ethnicity) are separate and distinct concepts and that, when collecting these data via self-identification, two different questions must be used”.

⁴⁷ “For Many Latinos, Racial Identity Is More Culture Than Color”. On-line:

http://www.nytimes.com/2012/01/14/us/for-many-latinos-race-is-more-culture-than-color.html?pagewanted=all&_r=0

⁴⁸ Rumbaut (2009) explica essa diferença da seguinte maneira: “The more rigid racial boundaries and ‘racial frame’ developed in the former Confederate states of Texas and Florida, – and the severe stigma historically attached to those marked as nonwhite there, may shape defensive assertions of whiteness when racial status is ambiguous; in states like California and New York, the social dynamics have been more open to ethnic options and a rejection of rigid U.S. racial categories.”

⁴⁹ Perez e Hirschman (2009: 4) consideram esses tipo de identificação, também observada nos descendentes de imigrantes de origens asiáticas diversas, que se definem de maneira mais frequente que seus pais como “Asian American”, uma “identidade americanizada emergente” dos nativos do país.

declarar “árabe” é responder à pergunta sobre “ancestry” do “American Community Survey” (ACS)⁵⁰ Esta população tem registrado um crescimento rápido nos Estados Unidos desde os anos 1990⁵¹ e é considerada white ⁵² segundo a classificação do OMB, portanto, não é legalmente reconhecida como uma minoria étnica ou racial. Atualmente, os líderes da comunidade árabe americana reivindicam o não pertencimento à categoria white. Vale lembrar que no início do século XX os imigrantes sírios e libaneses buscavam provar suas origens caucasianas, e não asiáticas, como eram categorizados pelo Census Bureau (Samhan, 1999), para poderem pleitear a cidadania americana, reservada somente aos “brancos”. Hoje, o fato de não ser white dá direito a certas vantagens que já beneficiam um grande número de populações de origem imigrante, mas por enquanto a população árabe não desfruta desse direito. Durante os dois últimos recenseamentos, grupos militantes lançaram campanhas para incitar as pessoas em

questão a escolherem a categoria “outra raça” e acrescentarem “árabe” como precisão. “By so doing”, explica o Arab American Institute, “we will demonstrate our concern about the limits of current racial categories and strengthen our argument as we push for modifications in the 2020 Census.” As consultas realizadas atualmente para preparar o recenseamento de 2020 levam a crer que a categoria “árabe” poderá ser acrescentada à pergunta sobre raças⁵³. No entanto, alguns analistas, como a demógrafa Samia El-Badry, alertam contra os perigos dessa recategorização: “Given the present stance on terrorism and the uneducated fear of the Muslim religion, this is not a time for us to have an Arab American category on any government form. While [a box for “Arab”] was pursued for many years under the stance of fairness and accuracy of data collection, right now is not the time to pursue it⁵⁴.”

Categoria Étnica ou Religiosa?

Os “judeus” são considerados um grupo étnico ou religioso, em função do país em que residem. Esta última aceção é a adotada nos Estados Unidos e no Reino Unido, com consequências diferentes para a comunidade judaica. A legislação dos EUA não autoriza o censo americano a fazer perguntas sobre a religião, nem mesmo a registrar respostas que

⁵⁰ “The American Community Survey (ACS) is an ongoing statistical survey that samples a small percentage of the population every year – giving communities the information they need to plan investments and services.” (site do órgão de recenseamento: <http://www.census.gov/acs/www/>).

⁵¹ O número de árabes nos Estados Unidos foi estimado entre 850.000 e 1.190.000 pessoas (árabe e outra origem) pela pesquisa ACS, e em 3.500.000 pelo Arab American Institute. Segundos os líderes comunitários, os dois números estão subestimados.

⁵² Segundo o OMB, “ ‘White’ refers to a person having origins in any of the original peoples of Europe, the Middle East, or North Africa. The White racial category includes people who marked the “White” checkbox. It also includes respondents who reported entries such as Caucasian or White; European entries, such as Irish, German, and Polish; Middle Eastern entries, such as Arab, Lebanese, and Palestinian; and North African entries, such as Algerian, Moroccan, and Egyptian”.

⁵³ Os árabes residentes no Reino Unido obtiveram uma categoria à parte em 2011.

⁵⁴ <http://www.arabamericannews.com/news/index.php?mod=article&cat=Community&article=5891>

contenham informações dessa natureza, por exemplo, respostas à pergunta sobre as origens (ancestry), embora “that answer would make sense for most Jews” (Glazer, 2005). Por outro lado, no censo britânico os judeus são considerados um grupo religioso, e a pergunta sobre religião consta do questionário desde 2001. O grupo de trabalho criado para preparar o recenseamento de 2011 com base nas consultas efetuadas entre 2005 e 2007 propôs considerar esta categoria também um grupo étnico (a proposta também dizia respeito aos siques), pois é justamente como tal que estavam inclusos no Race Relations Act de 1976⁵⁵, documento destinado a defender seus direitos. Atualmente a referência a este documento deixou de ser pertinente, pois a adoção recente de outros dispositivos jurídicos⁵⁶ torna a discriminação contra as comunidades religiosas ilegal, sem que seja necessário defini-las como grupos étnicos. Outro argumento levantado durante as consultas públicas visava a questionar o caráter religioso desses pertencimentos. Em vez de marcar a casa “judeu” ou “sique” ao responder à pergunta sobre religião, os defensores desta ideia propunham às pessoas recenseadas escolherem a opção “sem religião” e escrever “judeu não religioso” ou “sique não religioso” na seção “outras” para responder à pergunta sobre etnicidade. É importante salientar que embora uma associação sique (The Sikh Federation) recomendasse a

declaração deste pertencimento no recenseamento da etnicidade (e que um grande número de outras associações não aderissem a tal proposta), nenhuma iniciativa dessa ordem foi tomada por associações ou comunidades judaicas, que, portanto, haviam participado das consultas. Por fim, a proposta de adicionar as categorias “judeu” e “sique” à lista de grupos étnicos não foi aceita para o recenseamento de 2011.

Inversamente, na Austrália, os “judeus” são considerados um grupo étnico, e não religioso, e são classificados em um grupo mais amplo denominado “North African and Middle Eastern”, conforme o padrão oficial (ASCCEG). Esta opção foi selecionada após serem consultados representantes da comunidade judaica, apesar de ter sido evidenciado que a maioria dos judeus australianos se identifica mais com a Europa, de onde é oriunda, do que com o Oriente Médio. Neste caso, a origem atribuída prevalece sobre o sentimento de pertencimento das populações.

Os exemplos acima mostram que o recenseamento não parece ser um dispositivo de observação adaptado para descrever a população em toda a sua diversidade de origens e pertencimentos. Observamos antes um desejo de inscrever esta diversidade múltipla e variável nos esquemas classificatórios preestabelecidos: “[...] ao aplicar um processo de agregação de respostas segundo critérios extremamente amplos, atribuímos uma coerência artificial a histórias individuais e específicas cuja divergência aparente não se adapta de maneira satisfatória com um mesmo processo de categorização”

⁵⁵ Na verdade, constavam do documento enquanto “raças”, como o próprio título do documento sugere.

⁵⁶ *The Employment Equality (Religion or Belief) Regulations* (2003), *The Equality Act* (2006).

(Fourot e Garcia, 67-68).

Fortalecer a Igualdade de Oportunidades e Lutar contra as Discriminações

Este é o argumento mais utilizado pelos partidários das “estatísticas étnicas”. De fato, é difícil negar que a precariedade e um status social inferior são frequentemente associados à condição minoritária e subordinada das populações em questão na relação com a cultura dominante. É com o intuito de reparar tais injustiças e promover as populações “desfavorecidas” que diversos protagonistas recomendam a coleta de dados sobre origens/pertencimentos. Para tanto, alegam que os dados do recenseamento permitem identificar as categorias da população vítimas de discriminações e, se necessário, implementar políticas visando a reparar essas injustiças e monitorar seus efeitos ao longo do tempo.

Para poderem ser exploradas, as categorias em questão devem ser, ao mesmo tempo, distintas e estáveis ao longo do tempo, além de figurar de maneira idêntica nos arquivos administrativos utilizados em várias áreas em que eventuais discriminações devem ser identificadas, monitoradas e combatidas. Apesar dos esforços de homogeneização e harmonização dos padrões classificatórios, muitos exemplos de países encontram dificuldades para preencher estas condições. Entre a reconstituição fiel de uma complexidade crescente do modo de autoidentificação das pessoas recenseadas e a definição de dados que possam ser comparados ao longo do tempo, sem dupla contagem, as

simplificações são inevitáveis. Aliás, é a própria natureza das declarações de múltiplo pertencimento que dão sentido às categorias e orientam seu agrupamento ou sua imbricação. Diante da complexidade e da dificuldade de tratamento de tais dados, não causa surpresa que, atualmente, a maioria dos países renuncie a adotar a múltipla autoidentificação no recenseamento. Basta observar mais de perto o tratamento dos dados nos raros países onde as pessoas recenseadas têm o direito de declarar vários pertencimentos para perceber que esse direito não passa de um logro. Nos EUA, caso haja múltiplas respostas à pergunta sobre raça, a identidade do grupo minoritário é atribuída ao recenseado. Esta opção provocou o crescimento numérico artificial de certas categorias, como a dos asiáticos, às quais foram adicionadas as pessoas que haviam declarado uma origem dupla, “asian” e “white”. Assim, o número de pessoas consideradas “índios da América ou autóctones do Alaska” no recenseamento de 2000 varia em 65 % caso as pessoas “multirraciais” sejam adicionadas ao total ou não (Harrison, 2002). Além disso, esta prática qualificada de “hypodescent” aumenta de modo artificial os índices socioeconômicos das categorias “African Americans” e “Native Americans”, enquanto diminui ligeiramente esses índices no que se refere às populações de origem asiática. Portanto, as desigualdades estatutárias dos negros e dos índios americanos são escamoteadas pelo jogo dos números. A Nova Zelândia enfrentou a mesma dificuldade de classificação em categorias das pessoas que haviam declarado vários

pertencimentos étnicos. A regra aplicada nesse caso é a chamada “prioritisation”. Mais precisamente, as pessoas que marcaram a casa “maori” foram classificadas prioritariamente com este pertencimento, mesmo quando outras casas haviam sido marcadas simultaneamente. Ora, é no seio desta população que as identificações múltiplas são mais numerosas em razão da grande miscigenação. A opção pela “prioritisation” oculta este processo de mestiçagem.

Saldo Negativo das Ações Afirmativas

As políticas de ação afirmativa são cada vez mais questionadas no mundo inteiro por serem consideradas pouco eficientes em relação a seu custo. Diversos países que adotaram tais políticas obtiveram resultados desanimadores. Em 2001, o instituto de estatística da África do Sul justificou a coleta de informações sobre a composição racial no recenseamento da população nos seguintes termos: “in order to monitor progress in moving away from the apartheid-based discrimination of the past”. Além da observação das evoluções sociais e econômicas, foi instaurado um grande número de políticas para reparar as injustiças do apartheid⁵⁷. No entanto, essas políticas ainda não produziram

progressos significativos, e muitas análises mostram que as desigualdades, longe de serem reduzidas, aumentaram ainda mais com a ascensão do ANC ao poder (Sparks, 2003; Southall, 2007; Horáková, 2011; etc.). Talvez seja por essa razão que no site oficial do recenseamento de 2011 a manutenção da coleta de informações sobre a raça seja assim legitimada: “This information is used to track population group dynamics. e.g. different population groups have different fertility and mortality rates. This information needs to be taken into account when demographers do population projections, to ensure that they are as accurate as possible. Stats SA asks this question for statistical purposes only.”⁵⁸

A ineficácia das políticas de ação afirmativa pode ser explicada de diversas formas. De um lado, como é o caso especialmente nos Estados Unidos, ela é o resultado da proliferação de categorias “passíveis de serem beneficiadas” entre as quais se diluem uma ou mais categorias que foram inicialmente alvo dessas políticas:

“A princípio transitórias, com um objetivo preciso (reparar os danos causados no passado à comunidade negra), as políticas de *affirmative action* instauradas a partir do final dos anos 1960, com o passar dos anos, foram estendidas a vários outros grupos, principalmente o das mulheres, e praticamente a todas as minorias étnicas, inclusive a dos imigrantes recentes, [sua] razão de ser – contribuir para a inclusão efetiva dos negros na sociedade americana – perdeu progressivamente sua pertinência. Some-se a isso o fenômeno das migrações, que torna a legitimidade desses programas cada vez mais aleatória em certos estados americanos com altas taxas de imigração, onde, em teoria, mais da metade da

⁵⁷ “Governmental provisions include various policies such as affirmative action in employment and university selection, redistribution of land, and the Black Economic Empowerment (BEE), a set of policies designed by the government and the private sector to distribute wealth and opportunities to the historically disadvantaged people [...] the prerequisite for the policy of affirmative action lies in categorization of people, usually carried out on the basis of skin colour, which is an overtly race characteristic” (Horáková, 2011: 117, 120).

⁵⁸ <http://www.statssa.gov.za/census2011/faq.asp>

população pode reivindicar tais benefícios” (Pauwels, 2010).

Progressivamente, certos estados (Califórnia em 1997, Washington em 1998, Flórida e Michigan em 2000, Nebraska em 2008, Oklahoma em 2012⁵⁹) eliminaram as ações afirmativas de suas políticas públicas⁶⁰.

De outro, categorizações demasiado grosseiras (trata-se, sobretudo, de categorizações raciais) criam a ilusão de uma homogeneidade dos “population groups” e falham na identificação das grandes desigualdades internas, além de não conseguir explicar a emergência de novas linhas de divisão e de novas formas de exclusão na sociedade. De fato, Treiman (2007) demonstra com dados quantitativos a importância dos fatores linguísticos, religiosos⁶¹ e migratórios que relativizam a unidade dos quatro grupos raciais (Whites, Asians, Coloureds, and Blacks), identificados pelas estatísticas na África

⁵⁹ “Timeline of Affirmative Action Milestones”: <http://www.infoplease.com/spot/affirmativetimeline1.html>

⁶⁰ Por exemplo, em Oklahoma, a medida que baniu a *affirmative action* foi adotada com quase 60 % dos votos. Pode ser consultado no site: [http://ballotpedia.org/wiki/index.php/Oklahoma_Affirmative_Action_Ban_Amendment,_State_Question_759_%282012%29Oklahoma_Affirmative_Action_Ban_Amendment,_State_Question_759_\(2012\)#Arguments_2](http://ballotpedia.org/wiki/index.php/Oklahoma_Affirmative_Action_Ban_Amendment,_State_Question_759_%282012%29Oklahoma_Affirmative_Action_Ban_Amendment,_State_Question_759_(2012)#Arguments_2)

⁶¹ A pergunta sobre o pertencimento religioso, presente em 2001, não foi mantida no recenseamento de 2011 por ter sido considerada de “pouco interesse público”, apesar da incontestável relação entre o pertencimento religioso e os índices demográficos, como a taxa de fertilidade. Além disso, durante as consultas sobre o conteúdo do questionário, certas variáveis, especialmente a religião, mas também a língua, foram consideradas mais bem identificadas por pesquisas especializadas que pelo recenseamento. Vide “Census 2011 user consultations on data items”, Statistics South Africa, fevereiro-maio 2008. Pode ser consultado no site: <https://www.statssa.gov.za/census2011/Strategy.asp>.

do Sul. Ao cruzar diferentes fatores, como língua falada no domicílio, religião e país de nascimento com a raça, Treiman obtém 28 subcategorias (sem contar as populações mistas) que qualifica de “etnicidades que fazem sentido” na sociedade sul-africana. Sparks, por sua vez, alerta contra a forte influência de um pensamento racial em detrimento do social: “Gross inequalities contribute to an ever increasing black and white polarisation of society even though the gap is no longer between white and black but between the new multiracial middle class and huge underclass (Sparks, 2003: 44). O exemplo brasileiro constitui uma ilustração da dificuldade e, sobretudo, dos limites representados hoje por uma política fundada na divisão étnica da sociedade num contexto em que os casamentos “mistos” são cada vez mais frequentes. Em 2003, nos critérios que fixavam as cotas para o ingresso na Universidade do Estado do Rio de Janeiro, as autoridades decidiram modificar a categoria intitulada “pardo e negro”, que passou a compreender somente “negro”, em reação a uma suspeita de fraude por parte da população branca, que se declarava “pardo” a fim de usufruir dos benefícios da política de cotas (Bailey e Telles, 2006).

Efeitos Performativos das Categorizações Étnicas

Manutenção de uma Leitura Racial da Sociedade

Vários exemplos nacionais destacam os efeitos perversos das ações afirmativas que supõem combater as atitudes e os

comportamentos racistas, mas que na realidade revelam-se políticas fundadas numa visão abertamente racial da sociedade. (Cashmore, 2004).

Muitas análises sobre a África do Sul pós-apartheid convergem em termos de interrogações sobre a manutenção das categorias raciais no discurso e nas políticas públicas⁶², mas também sobre seu impacto na consciência pública e na coesão social: “That race still counts is [...] evident in the continued use of racial categories in state policies and data collection. In short, this form of taxonomy continues to ‘say something’ about our sense of self and other (although what that ‘something’ is, is widely contested. [...]) Repetitive performances of race as meaningful difference (in policy, state institutions, advertising and communications, as well as social interactions) continues to create a disjuncture between the constitutional goal of non-racialism and everyday experience » (Erwin, 2012: 10). Ademais, no dia a dia, os sul-africanos devem regularmente declarar sua raça⁶³.

⁶² Embora o projeto político do partido no poder (Congresso Nacional Africano) privilegie a unidade na diversidade, além da não pertinência dos conceitos de raça e etnicidade, em 2011, o instituto de estatística, por ocasião do terceiro recenseamento após a abolição do regime do *apartheid*, continuou a classificar os habitantes em “grupos de populações” e a propor as seguintes opções de respostas: *African/Black, Coloured, Indian/Asian, White*. A decisão de apresentar as categorias por ordem alfabética salienta uma inversão da hierarquia racial. Em 1991, ano do último recenseamento sob o regime do *apartheid*, as respostas à pergunta *population group* apareciam nesta ordem: *White, Colored, Asian, Black*. Porém, as categorias em si não foram questionadas.

⁶³ “All South Africans are expected to tick one of at least four racial boxes in a variety of bureaucratic forms, the state census, university applications, medical records,

Os debates públicos que precederam o recenseamento de 2010 nos Estados Unidos levantaram as mesmas interrogações quanto à pertinência de recorrer a uma leitura racial da sociedade⁶⁴. Seja qual for a hierarquia estabelecida entre os diferentes grupos raciais, que varia segundo os contextos e as épocas, o racismo subsiste, podendo inclusive se inverter, conforme descrito por Horáková (2011) a respeito da África do Sul. Além da manutenção de um discurso racial antigo, as estatísticas raciais contribuem para o surgimento de novos eufemismos, oriundos de uma classificação racial, porém mais adaptados às exigências do *political correctness*, como “historically disadvantaged people”, “educational disadvantage”, “underprivileged communities”, “racial underclass”, “minorias visíveis”, etc.

Um “Essencialismo Estratégico”

Com o intuito de conservar certas vantagens arduamente conquistadas, não raro os próprios porta-vozes dos grupos minoritários recomendam a manutenção das categorias criadas

accident report forms at the police office. In addition the state requests racial demographics from many organizations and invariably a manager, teacher or human resource staff will collate racial demographics on their staff or students. This practice of racial self-classification, coupled with the bureaucratic classification of others through ‘visual hunches’ closely parallels the classification practices of Apartheid” (Alexander, 2007: 100).

⁶⁴ “Throughout the evolution of the collection and use of racial statistics, a constant has been that the census continues to categorize the population into distinct, separate, mutually exclusive racial groups”, Sharon M. Lee, *Testimony before the U.S. Commission on Civil Rights*, retranscrição da sessão de 7 de abril de 2006 perante o Senado Americano, p.4.

no passado pelas populações dominantes. Numa sociedade em que as relações sociais são regidas pelas representações étnico-raciais, eles se veem compelidos a mobilizar sua identidade minoritária – atitude qualificada de “essencialismo estratégico” por G. Spivak (1990) – para combater o sistema que os discrimina apoiando-se em mecanismos jurídicos propostos pela ONU, pelo Conselho da Europa ou por outras instâncias internacionais: “The power to name and describe has shifted: the groups themselves, or those who speak for them, now shape how they are to be described, named, differentiated, and counted. And the political and administrative process bends to their desires” (Glazer, 2005). Portanto, o fato de o acesso a certas vantagens ser subordinado ao pertencimento a uma categoria oficialmente reconhecida favorece a identificação dos indivíduos com essa categoria e contribui para perenizá-la. Os debates públicos realizados nos Estados Unidos às vésperas do recenseamento de 2000 suscitaram preocupações relativas à introdução de uma categoria “multirracial”, proposta que, finalmente, não foi aceita⁶⁵.

Além disso, a reivindicação do reconhecimento coletivo por parte de uma

comunidade para que possa se beneficiar de vantagens já concedidas a outros grupos pode resultar na criação de novas categorias. Portanto, durante os anos 1980 nos Estados Unidos, a introdução da categoria “Hispanic/Spanish/Latino”⁶⁶ e de uma lista detalhada dos pertencimentos nacionais no grupo “Asian” são o resultado de uma mobilização comunitária e do lobby dos respectivos grupos (Robbin, 2000; Lott, 1998). Mais recentemente, na Irlanda, uma reivindicação da comunidade “Irish Traveller”⁶⁷ durante os debates públicos levou à ampliação da pergunta inicial “Are you a member of the Irish Traveller community?”, introduzida em 2002, para produzir a categorização da população em termos de “ethnic or cultural background” no recenseamento de 2006 (King-O’Riain, 2007).

Etnicização da Nacionalidade e novas Linhas de Exclusão

Dentre os efeitos performativos da generalização e da banalização das categorizações étnicas e/ou raciais, inclusive por intermédio do recenseamento da população, um dos mais significativos é a etnicização da nacionalidade. Por etnicização da nacionalidade, entendemos, de um lado, a instauração de um processo que estabelece uma relação privilegiada entre certas origens e um pertencimento nacional;

⁶⁵ Enquanto alguns, como os membros do Congressional Black Caucus, recebiam a diminuição da solidariedade racial (Soss *et al.*, 2007: 174), outros, como por exemplo o porta-voz da National Association for the Advancement of Coloured People (NAACP), temiam que a criação dessa categoria “*might disaggregate the apparent numbers of members of historically protected minority groups, diluting benefits to which they are entitled as a protected class under civil rights laws and under the Constitution itself*” (<http://multiracial.com/site/content/view/1724/29/>).

⁶⁶ Em 1970, no questionário da amostra, destinado a 5 % da população, em seguida no questionário básico, a partir de 1980.

⁶⁷ Comunidade nômade dotada de sua própria língua (o shelta) e costumes específicos no seio da população irlandesa.

de outro, uma oposição entre os termos “nacionalidade” (que se refere a uma cultura⁶⁸, senão a uma filiação) e cidadania, que conserva apenas um sentido político e transforma-se em algo vago, desprovido de sentido: “Respondents often noted that answering the national identity question encompassed an emotional and subjective aspect, while the citizenship question asked about their legal or factual citizenship status, which passport they held or could hold” (2011 Census Program. Final recommended questions for the 2011 Census in England and Wales, National Identity, 2009).

O Exemplo Canadense

A confusão entre etnicidade e nacionalidade é observada em certos países pela espontaneidade de uma parte da população a responder à questão sobre a etnicidade com um pertencimento nacional a estes mesmos países. Esta tendência é observada principalmente no Canadá, na Austrália e na Nova Zelândia, com aspectos em comum, mas também particularidades significativas. Os três países têm uma história de povoamento relativamente parecida que culminou com uma repartição da população em três grupos: uma maioria formada pela população imigrante de origem europeia metropolitana (hoje constitui a quarta geração); povos autóctones (*premières nations*, no Canadá,

Aboriginal and Torres Strait Islander People, na Austrália, e Māori, na Nova Zelândia), além de imigrantes oriundos de outras regiões do mundo que a cada onda de imigração contribuem para fortalecer a diversidade etnocultural da população. Em diferentes momentos de suas histórias, cada um desses três países adotou políticas multiculturalistas e implantou estatísticas étnicas para apoiar tais políticas. Para alcançar este objetivo, as pessoas recenseadas são solicitadas a declarar seu pertencimento a um ethnic group na Nova Zelândia⁶⁹, seu ancestry na Austrália⁷⁰, e a optar, após uma pergunta aberta sobre as origens étnicas ou culturais de seus antepassados⁷¹, por um grupo de pertencimento de uma lista que associa categorias raciais

⁶⁹ “Which ethnic group do you belong to? Mark the space or spaces which apply to you: New Zealand, European, Maori, Samoan, Cook Island Maori, Tongan, Niuean, Chinese, Chinese, Indian, Other such as Dutch, Japanese, Tokelauan.”

http://www.stats.govt.nz/surveys_and_methods/methods/classifications-and-standards/classification-related-stats-standards/ethnicity/questionnaire-module.aspx

⁷⁰ “What is the person’s ancestry? Provide up to two ancestries only: English, Irish, Scottish, Italian, German, Chinese, Australian, and “Other—please specify”. Examples of “Other—please specify” are Greek, Vietnamese, Hmong, Dutch, Kurdish, Maori, Lebanese, Australian South Sea Islander.”

<http://www.abs.gov.au/websitedbs/censushome.nsf/home/2011hhftranscript>

⁷¹ “Quais eram as origens étnicas ou culturais dos antepassados desta pessoa?” É adicionada a seguinte precisão: “Habitualmente, o antepassado é mais distante que os avós. Por exemplo, canadense, inglês, francês, chinês, indiano, italiano, alemão, escocês, irlandês, cri, miquemaque, salish, mestiço, inuíte, filipino, holandês, ucraniano, polonês, português, grego, coreano, vietnamita, jamaicano, judeu, libanês, salvadoreno, somaliano, colombiano, etc. Especifique todas as origens que se aplicam em letras maiúsculas”.

<http://www.statcan.gc.ca/survey-enquete/household-menages/pdf/nhs-enm-quest-fra.pdf>

⁶⁸ *The Australian Standard Classification of Cultural and Ethnic Groups* (ASCCEG, 2000, p. 4) define [a categoria] “Australian” como uma “national cultural identity”. [http://www.ausstats.abs.gov.au/ausstats/free.nsf/0/CAFD9A578C421AEFCA256C0F0001D603/\\$File/12490_2000-01.pdf](http://www.ausstats.abs.gov.au/ausstats/free.nsf/0/CAFD9A578C421AEFCA256C0F0001D603/$File/12490_2000-01.pdf)

(branco, negro), nacionais (chinês, filipino, coreano, japonês) e origens geográficas mais amplas (América Latina, Sudeste Asiático, Ásia Ocidental), no Canadá⁷².

Analisemos estes três exemplos. Identificar-se como “canadense” é uma resposta espontânea à pergunta sobre as origens étnicas no recenseamento de 1986, e isto a despeito da ausência desta categoria entre as opções propostas⁷³. “Segundo a divisão de estatística social do organismo governamental canadense Statistique Canada, no passado, os recenseados eram fortemente dissuadidos de descrever suas origens como canadenses⁷⁴. Agíamos assim para evitar a confusão entre nacionalidade e cidadania e a origem dos antepassados” (Thomas, 2005). Diante de uma reivindicação pública, a categoria “canadense” foi acrescentada em 1996 às respostas⁷⁵ citadas no exemplo, ocasionando um crescimento espetacular desta identificação (31 %

contra 4 % em 1991) (Fourot e Garcia, 2005: 64). Em 2001, foi posicionada no alto dos exemplos de respostas contidas no questionário de recenseamento e correspondeu a 39 % das respostas. No recenseamento de 2006, esta categoria foi a mais escolhida entre os membros da terceira geração de imigrantes (46 % das respostas) e em terceiro lugar no que se refere à segunda geração (15 % das respostas). Uma comparação com os recenseamentos anteriores permitiu estabelecer que “a identificação como ‘canadense’, em 2001, foi escolhida principalmente por pessoas de origem inglesa e francesa, enquanto as populações instaladas no Canadá há muito tempo (irlandeses, escoceses, alemães e ucranianos) e os imigrantes mais recentes, originários da Ásia ou da África, geralmente indicavam sua primeira origem étnica.” (Thomas, 2005: 6).

O Exemplo Neozelandês

Na Nova Zelândia, a nota explicativa que acompanha o questionário de recenseamento busca distinguir os diferentes termos utilizados para definir as origens ou os pertencimentos: “Race is a biological indicator and an ascribed attribute. Ancestry is a biological and historical concept and refers to a person’s blood descent. Citizenship is a legal status. These terms contrast with ethnicity which is self-perceived and a cultural concept. Ethnic origin is a person’s historical relationship to an ethnic group, or a person’s ancestors’ affiliation to an ethnic group, whereas ethnicity is a person’s present-day affiliation. Until 1986, ethnicity was measured on ‘a race concept’. Since then, the debunked concept of race has been replaced with a concept

⁷² Em 2011, na Pesquisa Nacional de Domicílios (ENM, na sigla em francês), a pergunta é formulada da seguinte maneira: “Esta pessoa é (Marque mais de um círculo ou especifique, se necessário)?” <http://www.statcan.gc.ca/survey-enquete/household-menages/pdf/nhs-enm-quest-fra.pdf>

⁷³ A que grupo(s) étnico(s) ou cultural(ais) você pertence ou seus antepassados pertenciam? (Fourot, Garcia, 2005)

⁷⁴ “Os recenseadores davam aos entrevistados instruções para declarar apenas suas origens do ‘velho mundo’ ou dos ‘primeiros autóctones’, e não estavam autorizados a registrar a origem canadense, exceto se o recenseado “insistisse” (Thomas, 2005 : 3).

⁷⁵ A que grupo(s) étnico(s) ou cultural(ais) pertencem os antepassados desta pessoa? Por exemplo, francês, inglês, alemão, escocês, canadense, italiano, irlandês, chinês, cri, miquemaque, mestiço, inuíte (esquimó), ucraniano, holandês, indiano, polonês, português, judeu, haitiano, jamaicano, vietnamita, libanês, chileno, somali, etc. http://www12.statcan.ca/access_acces/archive.action-fra.cfm?francais/census01/info/96-2b-fr.pdf

of ethnicity based on what the statisticians call ‘cultural affiliation’.” Nesta perspectiva, os organizadores do recenseamento recusaram-se a acrescentar a opção “New Zealander” à pergunta sobre etnicidade⁷⁶ por considerar esta resposta inadequada. No entanto, uma solicitação pública em favor do acréscimo desta resposta vem sendo feita desde 1981. O debate que antecedeu o recenseamento de 2006 provocou um efeito semelhante ao ocorrido no Canadá dez anos antes. Entre 2001 e 2006, o número de respostas “New Zealander”, inscritas na categoria “outras”, passou de 90 mil a 400 mil, posicionando esta identificação em terceiro lugar, com mais de 11 % das respostas. Em razão deste crescimento espetacular, o instituto nacional de estatística realizou uma pesquisa para identificar o perfil das pessoas que haviam declarado este pertencimento e as motivações de sua opção (Final Report of a Review of the Official Ethnicity Statistical Standard, 2009). Constatou-se que cerca de 90 % da alta desta identificação provinha de pessoas que se definiram em 2001 como “New Zealander European”. Paralelamente, observa-se uma tendência crescente por parte dos “Māori” ou dos “Pacific people” a se identificarem em escala nacional, provocando uma queda dos efetivos destes grupos em cinco anos (de 1 % a 2 %). Sem dúvida, esta identificação seria ainda mais frequente se a categoria “New Zealander” fosse adicionada. É interessante salientar que o crescimento desta identificação não foi registrado

⁷⁶ “Which ethnic group do you belong to? Mark the space or spaces which apply to you.” As opções de respostas são nove categorias das quais uma categoria “outros”.

em outras fontes estatísticas, como nos cartórios, nem nas pesquisas realizadas entre 2006 e 2008. Em todas estas fontes, sua frequência varia de 1 % a 3 %, revelando o caráter eminentemente político e simbólico do recenseamento, mas também uma forte instabilidade dos resultados.

O Exemplo Australiano

O último exemplo foi tirado do questionário do recenseamento australiano de 2006⁷⁷, que evita utilizar “etnicidade”, preferindo o termo mais vago “antepassados”⁷⁸. “Australian” é uma das respostas previstas para a pergunta, logo após “English”, “Irish”, “Scottish”, “Italian”, “German”, “Greek”, “Chinese” e a categoria “Others – please specify”⁷⁹. Os argumentos em favor da introdução da categoria “Australian” como grupo cultural no padrão oficial ASCCEG (2011) são os seguintes: “[...] since European settlement, over 200 years ago, a distinct Australian cultural identity has emerged prompting the inclusion of ‘Australian’ in that narrow group ⁸⁰.” No entanto, a identificação com um grupo é influenciada pela ordem de apresentação das respostas, reconhecem os autores do questionário. Esta ordem foi estabelecida em função do número de pessoas que escolheram cada uma das origens

⁷⁷ Em 2011, o questionário da amostra do recenseamento foi suprimido e substituído por uma pesquisa facultativa de domicílios (Enquête nationale auprès des ménages).

⁷⁸ A pergunta é formulada da seguinte maneira “What is the person’s ancestry? Provide up to two ancestries only”.

⁷⁹ Em 2011, a formulação da resposta na pesquisa ENM não foi alterada. Somente a opção “Greek” foi retirada.

⁸⁰ <http://www.abs.gov.au/ausstats/abs@.nsf/Lookup/1249.0main+features32011>

diferentes durante recenseamentos anteriores, exceto “Australian”, que foi deslocada para o fim da lista com o intuito de incitar os entrevistados “to consider other ancestries they may have⁸¹”.

Os três exemplos examinados sucessivamente sugerem várias pistas para reflexão e interpretação. Em primeiro lugar, as populações procuram se distanciar das “origens” de seus antepassados e privilegiam uma identificação nacional na resposta à pergunta sobre origens étnicas, ou seja, buscam apagar a linha que separa os “recém-chegados” dos “autóctones”. Paradoxalmente, a identificação com a nação justifica-se ou legitima-se pelas origens dos antepassados e corresponde a uma lógica de gerações, e não de cidadania. Na verdade, valorizar a antiguidade plurigeracional em um território significa contestar os direitos exclusivos das populações aborígenes sobre a terra acordados pelo estado, mas também se demarcar dos imigrantes recentes, geralmente de origem não europeia. Estes, como vimos, não se reconhecem e não são reconhecidos pelos outros como somente “canadenses”, “australianos” ou “neozelandeses”. Por fim, responder com o pertencimento nacional à pergunta sobre as origens étnicas é sem dúvida também se reivindicar, sobretudo, como parte da cultura nacional, identificável e reconhecida pelos outros. Do ponto de vista teórico, uma conclusão parece impor-se: não é a etnicidade que precede o

sentimento de pertencimento nacional, mas, ao contrário, é a identidade nacional intrinsecamente ligada aos sentimentos de unidade e pertencimento ao território e à cultura que tende a se transformar em etnicidade com o passar dos séculos. Portanto, “the term ‘New Zealander’ is commonly used in reference to New Zealand nationality and citizenship. In recent years, however, the term is increasingly used in talk about ethnicity and ethnic group belonging” (Cormack e Robson, 2010).

Outra maneira de etnicizar a nacionalidade pode ser observada no Reino Unido, onde uma pergunta sobre “identidade nacional”⁸² foi adicionada ao questionário do recenseamento de 2011 para atender às reivindicações dos irlandeses, escoceses e galeses, cujo objetivo era poder expressar esses pertencimentos geográficos que até então não figuravam no recenseamento. Segundo os estatísticos britânicos, esses pertencimentos não dizem respeito nem à etnicidade (a categorização étnica em vigor no Reino Unido é elaborada numa base racial), nem à cidadania (coletada com uma pergunta sobre o(s) passaporte(s) que o entrevistado possui - “passports held”). Representam uma forma distinta de identidade coletiva. A identidade nacional concebida pelos britânicos é subjetiva⁸³, ao contrário da etnia e

⁸¹ « 2007.0–Information Paper: Census of Population and Housing: ABS Views on Content and Procedures, 2011 », 2007 :

<http://www.abs.gov.au/AUSSTATS/abs@.nsf/0/BECE305639472D75CA25737F0016794B?opendocument>

⁸² “How would you describe your national identity (‘Tick all that apply’).” A ordem das opções de respostas muda de um país a outro. Na Escócia, não há perguntas sobre a identidade nacional. As identificações “Scottish” e “Other British” são possíveis em todas as categorias raciais propostas para responder à pergunta sobre a etnicidade.

⁸³ “Interviewers are told that if respondents ask them for a

da cidadania, mais factuais: a cidadania designa um estatuto jurídico (possessão de um passaporte) e a etnia, uma filiação biológica. Enquanto a etnicidade é uma característica invariável, a identidade nacional ou a nacionalidade, que tem um registro mais emocional, é sujeita a mudanças. Ao mesmo tempo, a nacionalidade não coincide necessariamente com a cidadania:

“The distinction between citizenship and national identity is synonymous with the difference between a state and a nation. Miller (1995) defines a nation as ‘a community of people with an aspiration to be politically self-determining’ [...] a state may be multinational (for example, the UK or the former USSR) or a nation may be divided between two or more states (for example, Germany before reunification in 1990) or may exist as minorities within several states (for example, the Kurdish nation)”⁸⁴.

Por meio desta precisão, as afiliações nacionais são encorajadas e levam a dividir a Grã-Bretanha em várias “nações”.

Conclusão

Em razão de seu caráter subjetivo, multidimensional e mutável, a etnicidade não convém plenamente a uma classificação nas casas rígidas dos quadros estatísticos. A história de como este fenômeno é levado em conta nos recenseamentos mundo afora revela uma realidade surpreendente devido às numerosas

semelhanças que ela permite observar nos países habituados com a coleta deste tipo de dado. Em todos eles observamos tentativas, flutuações, hesitações, seja na formulação das perguntas, seja nas opções de respostas, mas também na seleção dos exemplos fornecidos a título de ilustração, cujo impacto pudemos observar, ou ainda nas instruções destinadas aos recenseadores e aos recenseados. Tudo pode ser modificado. As modificações refletem tanto as evoluções na composição da população de um país - principalmente no que se refere aos movimentos migratórios - quanto as mudanças de mentalidade no que tange à percepção da alteridade.

Além disso, a exigência de comparabilidade ao longo do tempo, que requer dados deste tipo para observar a redução das desigualdades, necessita apoiar-se em divisões precisas e estáveis de uma dada sociedade e, portanto, é incompatível com a própria definição de etnicidade. Não apenas a composição das sociedades em termos de origens geográficas evolui, tornando cada vez mais subjetivas as escolhas de identificação que os indivíduos devem fazer, mas também os próprios grupos beneficiados por políticas de ação afirmativa mudam, dificultando ainda mais a identificação das fronteiras entre as populações. Ademais, um número crescente de cidadãos questionam as políticas de ação afirmativa argumentando que os critérios pertinentes em um contexto histórico anterior não têm mais sua razão de ser no mundo atual e contribuem para ocultar as desigualdades sociais existentes independentemente de uma descendência étnica, que ao ser observada

definition of national identity, they should reply that it is whatever it means to the respondent and that interviewers should never attempt any judgment of their own.” (“Introduction to collecting data on ethnic group, religion and national identity”: <http://www.ons.gov.uk/ons/guide-method/measuring-equality/equality/ethnic-nat-identity-religion/guide--measuring-equality/index.html>).

⁸⁴ 2011 Census Programme. Final recommended questions for the 2011 Census in England and Wales National identity. October 2009

durante três gerações após a migração perde seu sentido original. Esta é a razão pela qual muitos países voltam-se hoje para políticas fundadas parcialmente nos territórios, e não nas populações (Pauwels, 2010). Torna-se cada vez mais evidente que uma abordagem territorial poderia melhorar as condições de “convivência”, sejam quais forem as “origens” dos habitantes, enfrentando coletivamente as dificuldades ligadas ao distanciamento, à insuficiência de infraestruturas, à degradação das moradias, à precariedade, etc. Além disso, medidas de proteção destinadas a somente parte da população de um território contribuem para a divisão de seus habitantes em função de critérios étnicos ou raciais. Se o objetivo é fortalecer a coesão social, deve-se privilegiar uma abordagem territorial, com base em indicadores pertinentes, que sirvam para uma comparação tanto transversal quanto longitudinal: “Primary indicators such as income group, or more specific indicators such as access to clean water, electricity and medical care are better indicators of areas that require social and economic upliftment and infrastructure delivery than habitually recording racial statistics” (Erwin, 2012). Os antropólogos americanos, por sua vez, sugerem que “the effective elimination of discrimination will require an end to [racial] categorization and a transition towards social and cultural categories⁸⁵[...]”

São muitos os países que herdaram

⁸⁵ “American Anthropological Association Response to OMB Directive 15”, 1977: <http://www.learner.org/workshops/primarysources/census/docs/ombd.html>

categorizações raciais e/ou étnicas e nos quais atualmente multiplicam-se os debates sobre a manutenção, a transformação ou o abandono da coleta de informações sobre as origens das populações durante o recenseamento. No entanto, depois de introduzidas nas estatísticas, as categorias étnicas ou raciais se integram a todas as esferas da vida social, e as tentativas de abandoná-las esbarram na resistência das estruturas do estado, que insistem em conservar um status quo. Em virtude do aumento das categorias e da possibilidade de questões de múltipla escolha, em certos países o processo de coleta de dados se tornará tão complexo - refletindo a complexidade da própria sociedade - que será naturalmente abandonado: “One may perhaps look forward to a time when our complex system of racial and ethnic counting is made so confusing by the number of possible choices, singular and multiple, that the whole scheme is abandoned. Many Americans hope so » (Glazer, 2005).

Bibliografia

2011 Census Content Report, 2009, Wellington, Statistics New Zealand. Pode ser acessado no site: <http://www.stats.govt.nz/Census/2011-census/2011-census-content-report.aspx>

2011 Census Program. Final recommended questions for the 2011 Census in England and Wales, National Identity, outubro 2009. Pode ser acessado no site: <http://www.ons.gov.uk/ons/guide-method/census/2011/how-our-census-works/how-we-planned-the-2011-census/questionnaire-development/index.html>

ALEXANDER, Neville, 2007, « Affirmative action and the perpetuation of racial identities in post-

apartheid South Africa », in *Transformation: critical perspectives on Southern Africa*, vol. 63, p. 92-108.

ANDERSON, Benedict, 1991, *Imagined Communities: Reflections on the Origin and Spread of Nationalism*, Londres, Verso. [Je trouve 1991]

AREL, Dominique, 2009, "Recensement et légitimation nationale en Russie et dans la zone postsoviétique", *Critique internationale*, 2009/4, n° 45, p. 19-36.

BAILEY, Stanley R. e TELLES, Edward. E., 2006, "Multiracial versus collective black catégories", *Ethnicities*, vol. 6, n° 1, p. 74-101.

BERNARD, Augustin, 1908, "Le recensement de 1906 en Algérie et en Tunisie", *Annales de géographie*, t. 17, n° 91, p. 24-33.

BLUM, Alain e FILIPPOVA, Elena, 2010, "Territorialisation de l'ethnicité, ethnicisation du territoire. Le cas du système politique soviétique et russe", *L'Espace géographique*, n° 4, p. 317-327.

BLUM, Alain e GUÉRIN-PACE, France, 2008, "From measuring integration to fighting discrimination. The Illusion of 'Ethnic Statistics'", *French Politics, Culture & Society*, vol. 26, no 1, printemps, p. 45-62.

BOSCOBOINIK, Andrea e RUEGG, François (éd.), 2009, "Nouvelles identités rom en Europe centrale et orientale", *Transitions*, vol. XLVIII-2.

CARVALHO, José Alverto Magno de, WOOD, Charles H. et DRUMOND ANDRADE, Flávia Cristina, 2004, "Estimating the stability of census-based racial/ethnic classifications: the case of Brazil", *Population studies*, 58 (3), p. 331-343.

CASHMORE, Ellis (éd.), 2004, *Encyclopaedia of Race and Ethnic Studies*, Londres, Routledge.

Concepts and Definitions for Statistics South Africa, 2010, Statistics South Africa Standards, version 3. Pode ser acessado no site: http://www.statssa.gov.za/inside_statssa/standardisation/Concepts_and_Definitions_%20StatsSAV

3.pdf

CORMACK, Donna e ROBSON, Carey, 2010, *Ethnicity, national identity and "New Zealanders": Considerations for monitoring Māori health and ethnic inequalities*, Wellington, Te Rōpū Rangahau Hauora a Eru Pōmare. Pode ser acessado no site: http://www.ethnicity.maori.nz/files/ethnicity_national_identity.pdf

CRUZ-JANZEN, Marta I., KING, Edith W. et WARDLE, Francis, 2003, "The Challenge of Declaring an Interethnic and/or Interracial Identity in Postmodern Societies", ~~*Institute of Race Relations*~~, [Je trouve : Sage Race Relations Abstracts], vol. 28 (1): 5-20. ~~Pode ser acessado no site: <http://sra.sagepub.com>~~ [ne semble plus d'actualité]

CSEPELI, György et SIMON, Dávid., 2004, "Construction of Roma Identity in Eastern and Central Europe: Perception and Self-identification", *Journal of Ethnic and Migration Studies*, vol. 30, n° 1, janeiro, p. 129-150.

Ethnic group statistics. A guide for the collection and classification of ethnicity data, 2003, [U. K.] National Statistics Publication. Pode ser acessado no site: www.ons.gov.uk/

ERWIN, Kira, 2012, "Theory and practice in the field of race and race thinking: Critical reflections from, and for, South Africa and beyond", Centre for Critical Research on Race & Identity. Site: http://ccrri.ukzn.ac.za/index.php?option=com_content&view=article&id=289:theory-and-practice-in-the-field-of-race-and-race-thinking-critical-reflections-from-and-for-south-africa-and-beyond&catid=9&Itemid=100020

FARLEY, Reynolds et HAAGA, John (dir.), 2005, *The American People: Census 2000*, New York, Russell Sage Foundation.

Final Report of a Review of the Official Ethnicity Statistical Standard, 2009, Wellington, Statistics New Zealand. Pode ser acessado no site: http://www.stats.govt.nz/browse_for_stats/people_and_communities/Households/review-of-the-official-ethnicity-statistical-standard-2009.aspx

FOUROT Aude-Claire e GARCIA Patricia, 2005.

“L’enquête sur la diversité ethnique: l’autodéfinition ethnique et la comparaison intergénérationnelle, vers une meilleure compréhension de la diversité?” *Les Cahiers du Gres*, vol. 5, n° 1, printemps, p. 61-79. <http://id.erudit.org/iderudit/010880ar>

GLAZER, Nathan, 1995, “On the Census Race and Ethnic Categories”, *Poverty & Race*, mars-avril. Pode ser acessado no site: [http://www.prrac.org/full_text.php?%20text_id=454&item_id=4346&newsletter_id=19&header=Symposium:Racial/Ethnic Categories](http://www.prrac.org/full_text.php?%20text_id=454&item_id=4346&newsletter_id=19&header=Symposium:Racial/Ethnic%20Categories)

–, 2002, “Do we need the census race question?”, *Public Interest*, n° 149, automne, p. 21-31. Pode ser acessado no site: http://www.nationalaffairs.com/doclib/20080710_20021492downeedthecensusracequestionsnathanglazer.pdf

–, 2005, “American Diversity and the 2000 Census”, in Loury, Glenn, C., Modood, Tariq e Teles, Steven M. (dir.), *Ethnicity, Social Mobility, and Public Policy: Comparing the USA and UK*, New York, Cambridge University Press, p. 50-66.

HABLICSEK, László, 2008, “The development and the spatial characteristics of the Roma population in Hungary. Experimental population projection till 2021”, *Demográfia*, vol. 51, n° 5, edição inglesa, p. 85-123. Pode ser acessado no site: http://www.demografia.hu/letoltes/kiadvanyok/De_m_angol/2008/Hablicsek.pdf

HARRISON, Roderick J., 2002, “Inadequacies of multiple-response race data in the federal statistical system”, in Perlmann, Joel e Waters, Mary C. (éd.), *The New Race Question: How the Census Counts Multiracial Individuals*, New York, Russell Sage Foundation, p. 137-160.

HEER, 1996 – Heer, D. “Immigration in America’s Future: Social Science Findings and the Policy Debate”. Westview Press. 244 p.

HIRSHMAN, Charles, ALBA, Richard e FARLEY, Reynolds, 2000, “The meaning and measurement of race in the US Census. Glimpses into the future”, *Demography*, vol. 37, n° 3, agosto,

p. 381-393.

HORÁKOVÁ, Hana, 2011, “Non-racialism and nation-building in the new South Africa”, *The Annual of Language & Politics and Politics of Identity*, vol. V, p. 109- 124.

JACOBY, Tamar, 2000, “Census’ Ethnic Emphasis Outrageous”, *Manhattan Institute for Police Research*, diário, quinta 30 de março. Pode ser acessado no site: http://www.manhattan-institute.org/html/_newsday-census_ethnic_emphasi.htm

KING-O’RIAIN, Rebecca Chiyoko, 2007, “Counting on the ‘Celtic Tiger’. Adding ethnic census categories in the Republic of Ireland”, *Ethnicities*, vol. 7, n° 4, dezembro, p. 516-542.

LABBÉ, Morgane, 2008, “La nation allemande dans la statistique prussienne du XIX^e siècle”, *Courrier des statistiques*, n° 123, janeiro-abril, p. 27-30.

–, 2009, “Internationalisme statistique et recensement de la nationalité au XIX^e siècle”, *Courrier des statistiques*, n° 127, maio-agosto, p. 39-45.

LOTT, Juanita Tamayo, 1998, *Asian Americans: From Racial Category to Multiple Identities*, Walnut Creek / New York / Londres, AltaMira Press.

MARTIN David, 1993, *The 1991 UK Census of Population Concepts and Techniques. Modern Geography*, n° 56, Norwich, Environmental Publications. Pode ser acessado no site: <http://qmrq.org.uk/files/2008/11/56-uk-census-91.pdf>

MCCONNELL, Eileen Diaz e DELGADO-ROMERO, Edward A., 2004, “Latino panethnicity: reality or methodological construction?”, *Sociological Focus*, vol. 37, n° 4, novembro, p. 297-312. Pode ser acessado no site: http://www.asu.edu/clas/transborder/documents/diaz_pdfs/Latino%20Panethnicity.pdf

MELCHER, Richard, 1997, “United Colors of Miller: It’s Ditching Ethnic Marketing for Cross-Cultural Ads”, *Business Week*, 18 de maio. Pode ser acessado no

site <http://www.businessweek.com/stories/1997-05-18/united-colors-of-miller>

MILLER David, 1995 - *On Nationality*. Oxford Political Theory Series. Clarendon Press. 220 p.

MONSO, Olivier e SAINT POL, Thibaut de, 2006, “L’origine géographique des individus dans les recensements de la population en France”, *Courrier des statistiques*, n° 117-119, p. 33-42. Pode ser acessado no site: http://www.insee.fr/fr/ffc/docs_ffc/cs117e.pdf

MORNING, Ann, 2008, “Ethnic Classification in Global Perspective: A Cross-National Survey of the 2000 Census Round”, *Population Research and Policy Review*, vol. 27, n° 2, p. 239-272.

–, 2011, *The Nature of Race: How Scientists Think and Teach about Human Difference*, Berkeley / Los Angeles / Londres, University of California Press.

MORNING, Ann et SABBAGH, Daniel, 2005, “From sword to plowshare: using race for discrimination and antidiscrimination in the United States”, [*International Social Science Journal*, vol. 57, n° 183, março, p. 57-73] UNESCO.

NOBLES, Melissa, 2000, *Shades of Citizenship: Race and the Census in Modern Politics*, Stanford, Stanford University Press.

PERELMANN, Joel et WATERS, Mary C. (éd.), 2002, *The New Race Question: How the Census Counts Multiracial Individuals*, New York, Russell Sage Foundation.

PAUWELS, Marie-Christine, 2006, “Marketers as Innovators: how ethnic marketing revisits ethnicity”, *Revue LISA/LISA e-journal* (en ligne), vol. IV, n° 1, p. 234-254 : <http://lisa.revues.org/2293?lang=fr>

–, 2010, “L’évolution de l’affirmative action aux États-Unis sous la présidence de George W. Bush”, *Revue LISA/LISA e-journal* (en ligne), vol. VIII, n° 1, p. 105-123 <http://lisa.revues.org/3385>

PEREZ, Anthony Daniel e HIRSCHMAN, Charles, 2009, “The Changing Racial and Ethnic

Composition of the US Population: Emerging American Identities”, *Population and Development Review*, vol. 35, n° 1, março, p. 1–51.

PREWITT, Kenneth, 2003, *Politics and Science in Census Taking*. Russell Sage Foundation, New York, NY, 2003. 44 p.

PREWITT, Kenneth, 2005, “Racial classification in America: where do we go from here?”, *Daedalus*, vol. 134, n° 1, p. 5-17.

“Racial classification in America: where do we go from here?”, *Daedalus*, vol. 134, n° 1, p. 5-17.

PRICE, Charles A., 1993. “Australian Population: Ethnic Origins ”, *People and Place*, vol. 7, n° 4, p. 12-16.

Principes et recommandations concernant les recensements de la population et des logements, 2009, New York, Publications des Nations Unies, segunda revisão. Pode ser acessado no site: http://unstats.un.org/unsd/publication/seriesM/seriesm_67Rev2f.pdf

RAGARU, Nadège, 2010, “Bulgarie. Être rom ou les dangers d’une lecture figée de l’identité”, *Grande Europe*, n° 26, novembro, Paris, La Documentation française. Pode ser acessado no site: <http://www.ladocumentationfrancaise.fr/pages-europe/d000493-bulgarie.-etre-rom-ou-les-dangers-d-une-lecture-figee-de-l-identite-par-nadege/article>

ROBBIN, Alice, 2000, “Classifying racial and ethnic group data in the United States: The politics of negotiation and accommodation”, *Journal of Government Information*, vol. 27 n° 2, p. 139-156 [je trouve 129-156].

RUMBAUT, Rubén G., 2009, “Pigments of Our Imagination: On the Racialization and Racial Identities of ‘Hispanics’ and ‘Latinos’”, in Cobas, José A., Duany, Jorge e Feagin, Joe R. (éd.), *How the United States Racializes Latinos: White Hegemony and Its Consequences*, Boulder, Paradigm Publishers, p. 15-36.

SAMHAN, Helen Hatab, 1999, “Not Quite White: Race Classification and the Arab-American

Experience”, in Suleiman, Michael W. (éd.), *Arabs in America. Building a new future*, Philadelphie, Temple University Press.

SCHOR, Paul, 2009, *Compter et classer. Histoire des recensements américains*, Paris, Éditions EHESS.

SCHOR, Paul e SPIRE, Alexis, 2005. “Les statistiques de la population comme construction de la nation”, in Kastoryano, Riva (dir.), *Les codes de la différence. Race, origine religion. France, Allemagne, États-Unis*, Presses de Sciences Po, p. 91-121.

SKERRY, Peter, 2000, *Counting the Census? Race, Group Identity, and the Evasion of Politics*, Washington DC, Brookings Institution Press.

SOKOLOVSKIY, Sergey V., 2011, “Russian legal concepts and indigenous peoples demography”, in Axelsson, Per et Sköld, Peter (éd.), *Indigenous Peoples and Demography. The Complex Relation between Identity and Statistics*, New York, Berghahn Books, p. 239-251.

SOSS, Joe, HACKERN Jacob S. e METTLER, Suzanne, 2007, *Remaking America: Democracy and Public Policy in an Age of Inequality*, New York, Russell Sage Foundation.

SOUTHALL Roger, 2007, “Introduction: the ANC state, more dysfunctional than developmental?”, in Buhlungu, Sakhela, Daniel, John, Southall, Roger et Lutchman, Jessica (éd.), *State of the Nation. South Africa 2007*, Cape Town, HSRC Press, p. 1-24.

SPARKS Allister Haddon, 2003, *Beyond the Miracle. Inside the New South Africa*, Johannesburg, Jonathan Ball.

SPIRE, Alexis e MERLLIÉ, Dominique, 1999, “La question des origines dans les statistiques en France. Les enjeux d’une controverse”, *Le Mouvement social*, n° 188, julho-setembro, p. 119-130.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty, 1990 - *The Post-Colonial Critic - Interviews, Strategies, Dialogues* London, Routledge. 176 p.

THOMAS, Derrick, 2005, “Je suis Canadien”,

Statistique Canada, n° 11-008, printemps, p. 2-8.

TRÉGUER, Jean-Paul e SEGATI, Jean-Marc, 2005, *Les nouveaux marketings*, Paris, Dunod.

TREIMAN, Donald J., 2007, “The legacy of Apartheid: racial inequalities in the new South Africa”, in Heath, Anthony F. e Cheung, Sin Yi, *Unequal Chances: Ethnic Minorities in Western Labour*, p. 401-447.

WEIL, P., 2005, “Le statut des musulmans en Algérie coloniale. Une nationalité française dénaturée” in *La justice en Algérie 1830-1962*, Paris, La Documentation française, p. 95-109.

WHITE Paul, 1997, “Urban management and the situation of ethnic minorities in London”, in Rallu, Jean-Louis, Courbage, Youssef e Piché, Victor, (dir.), *Old and new minorities/Anciennes et nouvelles minorités*, Paris, John Libbey Eurotext, p. 285-307.

WILSON, William J., 1980, *The Declining Significance of Race: Blacks and Changing American Institution*, Chicago, University of Chicago Press.